

Sumário dos Ecos março-abril de 2006

Vida espiritual

- 82 8ª Ficha: “O Governo”. Princípios gerais e
Governo geral
Padre Javier Alvarez, Diretor geral
- 100 Pista para o Retiro mensal: “Iluminar o olhar”
Padre Javier Alvarez, Diretor geral

Desafios atuais

- 104 Introdução
- 105 O Fenômeno Migratório no contexto da Globalização
Dra Rodriguez Pizarro
- 111 Migração e Carisma vicentino
Padre Giuseppe Turati, cm
- 118 “O amor implica a justiça” (Testemunho da Albânia)
Irmã Georgia Brezler, Filha da Caridade

Atualidade das Províncias

Nomeações

- 126 Visitadoras e Diretores Provinciais
- Visita dos Superiores
- 128 Mère Evelyne Franc: Visita à Província da Irlanda
Irmãs Aine O’Brien e Eibhlis Nicuathuas, Filhas da Caridade

Testemunho das Irmãs

- 131 Província de Curitiba: 2005! Ano da Juventude vicentina
Irmã Bernadette Valenga, correspondente dos Ecos
- 133 Província da Tailândia: 30º aniversário do Centro de Saúde para
os descendentes de leprosos em Khon Kaen.
Irmã Norma Esperas, Filha da Caridade

- 135 Província da França Norte: Quando os jovens de um bairro difícil se dispõem a ajudar outros
Irmã Jacqueline Bichler, Filha da Caridade

Palavra dos Pobres

- 137 Província das Filipinas: José, aidético, me evangelizou
Irmã Jaya Mary Joseph, Filha da Caridade

História da Companhia

Especial do bicentenário de nascimento de Catarina Labouré

- 138 Santa Catarina, a paixão de Deus e dos pobres
II - Uma vocação contrariada e confirmada.
III - Uma formação personalizada.
Irmã Anne Prévost, Filha da Caridade

Cobertura

Província da Áustria: “Prêmio dos Direitos Humanos”

8ª Ficha de estudo das Constituições renovadas

CAPÍTULO VI: O GOVERNO

“PRINCÍPIOS GERAIS E GOVERNO GERAL”

(C. 60 - 71; E. 43 - 52)

I - INTRODUÇÃO

Nesta primeira ficha sobre o governo da Companhia vamos analisar dois pontos: princípios gerais e o primeiro nível de governo (o geral). Como poderão comprovar, este capítulo de governo é o que sofreu mais mudanças. Na realidade, estas começaram em 1965 depois do Concílio Vaticano II. Até então a forma de governo na Companhia, como em todas as Congregações e na Igreja, era vertical. Com a revisão das Constituições começou a ser mitigado o verticalismo, dando espaço a novos elementos como, por exemplo, a participação. Antes disso não havia Assembléias domésticas, nem Assembléias Provinciais, e as Assembléias Gerais tinham como única finalidade eleger a Superiora Geral e suas Conselheiras. Na Assembléia de 1965 as Visitadoras e Vice-Visitadoras do mundo inteiro participam pela primeira vez. Embora esta fosse somente consultiva, já foram tratados problemas que interessavam à vida da Companhia. Em 1969 começam a realizar-se as Assembléias domésticas e Provinciais, enquanto que a Geral é determinada por uma representatividade mais equilibrada, de acordo com os membros de cada Província.

São apenas pequenos exemplos que nos confirmam a grande mudança que aconteceu nestes últimos 40 anos em relação ao Governo da Companhia. Como já mencionamos antes, a última Assembléia Geral também contribuiu para formar um governo mais participativo, descentralizado e co-responsável, como veremos ao longo deste capítulo. Agora pois, não basta que isto esteja escrito nas Constituições para assegurar que estas mudanças são assumidas. Requer-se um esforço por parte de cada uma das Irmãs para compreender o sentido das mudanças e aceitá-las de bom grado.

II – PONTOS PRINCIPAIS DA FICHA

1. Princípios gerais de governo (cf. C. 60 - 63). No comentário destes onze princípios seguimos as orientações dadas pelo Padre Miguel Perez Flores¹.

Toda autoridade vem de Deus: “*A Companhia das Filhas da Caridade reconhece toda autoridade constituída na Igreja como vinda de Deus*” (C. 60). Como apoio bíblico desta afirmação teológica cita-se o diálogo entre Jesus e Pilatos em Jo 19, 11. Jesus reconhece sua autoridade mas, ao mesmo tempo, afirma que ela vem “do alto”. A partir deste princípio nós podemos chegar à seguinte conclusão: na Companhia os Superiores são os lugares tenentes de Deus como diz também *Perfectae caritatis*, nº 14. Então, os Superiores legítimos, quando agem de acordo com as Constituições, são mediadores autênticos entre Deus e a comunidade. Uma citação de Mère Guillemin ilumina bem o que nós estamos dizendo: “*A Missão da Irmã Servente é uma verdadeira mediação. É uma mediação entre Deus e as almas. A Irmã Servente é uma mediadora, ela garante, de certo modo, a relação (pelo menos,*

¹ Cf. Miguel PEREZ FLOR, *os Princípios de governo nas Constituições e Estatutos de 1983 das Filhas da Caridade*, em VV, AA., *Identidade das Filhas da caridade nas Constituições e Estatutos de 1983*, Ed. CEME, Salamanca 1984, pp. 77 - 113.

*certa forma de relação) com Deus de cada uma das suas companheiras... é a primeira de todas. Se fizermos todo o restante, mas esquecermos isto, não fizemos nada”*².

São Vicente expressa frequentemente esta mesma convicção. Claro que, esta idéia também está refletida no texto das Constituições. Por exemplo, à Superiora Geral é convidada a exercer sua autoridade de maneira “*a expressar a todas as Irmãs o amor que o Senhor tem por elas*” (C. 66). Resumindo, este primeiro princípio nos lembra o aspecto religioso da autoridade para poder compreender com precisão o sentido que tem na Companhia. Princípio que tem esta dupla vertente: ao Superior pede-se que esteja bem consciente do que supõe e significa a autoridade que recebeu. E às Irmãs que compreendam o valor central da obediência que prometeram. Destacar este aspecto pode contribuir para resistir à crise de autoridade que afeta, pelo menos, a Europa e a América.

Atitude aberta e respeitosa para com o Soberano Pontífice: “*A companhia... obedece ao Soberano Pontífice em espírito de respeito filial; permanece atenta a seus ensinamentos e disponível a seus apelos*” (C. 60). A expressão, “*respeito filial*”, é um reflexo da “*submissão religiosa*” da qual fala *Lúmen gentium*, nº 25. Por outro lado, o pensamento dos Fundadores está muito claro e se expressa muitas vezes sobre assunto³. As Constituições falam da atitude de obediência ao Papa em dois aspectos: na atenção aos seus ensinamentos e na disponibilidade aos seus apelos.

Em relação aos ensinamentos do Papa, temos que evocar aqui o Estatuto 56f, no qual é confiado ao Diretor Provincial e à Comissão de Formação a explicação ou apresentação dos documentos da Igreja. A disponibilidade aos apelos do Soberano Pontífice, apresentado também como apelos da Igreja, de acordo com a C. 1c, tem seu fundamento na vocação da própria Companhia que nasceu com este sentido universal.

A função da autoridade: “*Os Superiores sabem que a autoridade que possuem lhes é confiada para realizar a missão da Companhia na Igreja, estimular sua fidelidade ao carisma dos Fundadores, assegurar a formação e o bem de seus membros*” (C. 61).

A autoridade não tem razão de existir por si mesma e nem para si. Existe em vista da comunidade, isto é, para que as instituições e os membros alcancem os objetivos eles se estabeleceram. Assim, a autoridade não é totalmente autônoma nem independente. É marcada pelos objetivos da comunidade, para o bem das pessoas e para a finalidade das instituições que existem na comunidade. Nos artigos seguintes veremos diferentes figuras de governo, e poderemos perceber que estes objetivos se concretizam, levando em conta a missão particular de cada uma dessas figuras no quadro geral estabelecido pelas Constituições⁴.

O fato deste princípio de governo fazer menção à formação e ao bem dos membros, isto lhe dá uma nuância de delicadeza humana tão apreciada. A autoridade na Companhia está

² Susana GUILLEMIN, *Escritas e palavras (Conferência pronunciada às Irmãs Serventes no ano de 1966 por ocasião do retiro anual para as Irmãs Serventes)*, Ed. CEME, Salamanca 1988, pág. 346.

³ Cf. IV, 146 – 147; 173 - 178; 200 - 2004; VI, 263 – 267; IX, 79; XI, 297...

⁴ Ao Superior geral corresponde “*ajudar as Irmãs a se manterem no espírito próprio e a cumprirem sua missão na Igreja*” (C. 64 b). À Superiora geral, “*velar para manter a unidade na fidelidade ao espírito da Companhia e à obediência ao Superior geral e à Igreja*” (C. 66a). A Visitadora recebe a missão de “*promover a vitalidade espiritual e apostólica da Província. Esforça-se por estimular em cada comunidade e em cada Irmã a consciência de sua própria responsabilidade na fidelidade da Companhia à sua vocação e a seu impulso missionário*” (C. 73a). A Irmã Servente “*anima e dirige a Comunidade local cuja coesão assegura*” (C. 82a).

atenta ao objetivo estabelecido e se interessa pelo bem de todas as Irmãs. Sem dúvida alguma, este é um fator importante para a qualidade das Comunidades, assim como para o cumprimento da finalidade da Companhia.

A unidade na diversidade: “*Os Superiores... devem conservar e promover a unidade no respeito às diversidades...*” (C. 61).

Podemos dizer que, ao longo da história, a Companhia foi influenciada por duas forças antagônicas: a pluralidade e a tendência à centralização. A pluralidade sempre existiu na Companhia, se nós nos lembramos de que esta está presente em países diferentes, em culturas diferentes que foi e que é formada por Irmãs com sensibilidades diversas. Suas diferentes atividades são sinais evidentes da pluralidade. Junto a esta realidade, podemos também afirmar que existiu uma força centralizadora, principalmente no que se refere ao estilo de vida. Pensemos por exemplo, nos *famosos Consuetudinários* e nos modelos da Casa-Mãe e das Casas Provinciais que deveriam ser copiados literalmente em todas as outras Casas. Pretendia-se manter a unidade com base na uniformidade. Para contrastar as inconveniências desta uniformidade, foi elaborado este princípio de Governo que estamos comentando.

A unidade na Companhia é garantida pelo marco comum das Constituições. Dentro desta unidade fundamental são legítimas e necessárias as diversidades ou as diferenças que são resumidas nestes dois capítulos: diversidades nas atividades e no estilo de vida (cf. C. 61).

Exatamente para dar lugar às legítimas diversidades que podem existir, e na realidade existem na Companhia, há a possibilidade de cada Província elaborar suas próprias Normas Provinciais e, também, pede-se que continue elaborando seu Projeto Provincial. Com o objetivo de atender estas diferenças, a nível local se prevê que todas as Comunidades tenham o seu Projeto comunitário (cf. C 66e, 80, 35a, 83; E. 61, 62, 3c, 4, 6a, 60b, 67).

Este é um princípio que atinge, principalmente, os Superiores porque eles são, por um lado, os promotores da unidade (cf. C. 66a, 73a, 82a; E. 32) e, por outro, devem incentivar novas formas de serviço, de presença e de evangelização, desde que as situações sejam novas, os apelos dos pobres podem mudar e as orientações da Igreja podem convidar a agir de outro modo. Claro que, este princípio de governo também atinge todas as Irmãs pela participação, a co-responsabilidade e a subsidiaridade de que trataremos mais adiante (cf. C. 30c, 31b, 87d, 91b; E. 16b, 61a).

A autoridade como serviço: “*Como toda autoridade na Igreja, a autoridade na Companhia se exerce como um serviço, à imitação do Cristo servo que amou os seus até dar a vida por eles*” (C. 62a).

Sempre, a Igreja considerou a autoridade como um serviço: “*Entre vocês não deve ser assim; pelo contrário, o que quer ser o primeiro seja o servo de todos*” (Mt 20, 28)⁵. Na realidade nós sabemos que foi o próprio Senhor que deu esta orientação à autoridade como serviço. Na Companhia aconteceu exatamente a mesma coisa. Por exemplo, o nome “Irmã Servente” reflete bem este sentido de serviço. A expressão, “*como toda autoridade na Igreja*”, destaca o sentido eclesial deste princípio de governo. Basta lembrar alguns textos do Vaticano II, como por exemplo, *Lumen gentium*, nº 24 ou *Perfectae caritatis*, nº 14.

⁵ Veja também estes outros textos: Lc 22, 27; Jo 13, 4. 11.

Evidentemente que, a doutrina de São Vicente reforça tudo isto que estamos dizendo. Poderíamos citar muitos textos, mas o que transcrevemos é suficientemente significativo. O contexto é o seguinte: O Padre Durand acaba de ser nomeado Superior. Era muito jovem. E São Vicente não exita em dar-lhe o seguinte conselho: *“Sobretudo, não tenha a paixão de parecer superior nem de ser o mestre. Eu não sou do parecer de uma pessoa que, há alguns dias, disse-me que para dirigir bem e manter a autoridade, era preciso fazer ver que era o superior. Meu Deus! Nosso Senhor Jesus Cristo não falou desta maneira; ele nos ensinou o oposto por palavra e exemplo, nos dizendo de si mesmo que Ele tinha vindo, não para ser servido, mas servir a todos, e que quem quer ser o senhor tem que ser o servo de todos”*⁶.

A autoridade como serviço leva consigo atitudes como a disponibilidade, a prontidão, a solicitude, a atenção ao outro, a ausência de privilégios ou lucros pessoais e, principalmente, a imitação dos gestos do Bom Pastor que deu a vida por suas ovelhas, como São João nos fala em seu Evangelho (cf. Jo 10, 11-15).

A temporalidade nos ofícios: *“Todo cargo na Companhia é considerado como um serviço temporário, de duração determinada”* (C. 62a).

Na história da Companhia, a prática foi muito variada: por exemplo, o ofício de Irmã Servente no início era temporário. O da Superiora geral sempre permaneceu na temporalidade. Porém, as Visitadoras, quando eram nomeadas não tinham um tempo determinado, isto dependia da vontade do Superior geral. Hoje a temporalidade dos ofícios está bem estabelecida nas Constituições e Estatutos (cf. C. 66b, 68b, 73b, 82 c; E. 36 b, 50a, 51, 56a, 57b, 58a). Incluindo o ofício de Diretor geral que até às presentes Constituições era por um tempo indeterminado e agora, foi estabelecido um período fixo: *“O Diretor geral... é nomeado por um período de seis anos e pode ser renomeado... A duração de seu mandato não deve ultrapassar doze anos”* (C. 65).

Por que este princípio da temporalidade nos ofícios? Uma primeira razão, e na realidade não é a mais importante, estaria em facilitar o acesso aos postos de governo a um maior número de membros. Os serviços de governo são duros, cansam e esgotam as pessoas. Outras razões vêm na linha da disponibilidade para assumir ou deixar os cargos na perspectiva da obediência. A C. 31c afirma que *“a disponibilidade... permite à Companhia assegurar os serviços que lhe estão confiados”*. Por trás desta disponibilidade está a necessidade de não se perpetuarem nos cargos de governo. O Código de Direito Canônico, no cânon 624, indica esta mesma temporalidade, ao mesmo tempo que, permite ao direito próprio determiná-las.

A responsabilidade nas decisões: *“A autoridade é responsável pelas decisões a tomar após busca em comum da vontade de Deus, através do diálogo e do discernimento”* (C. 62b).

O Código de Direito Canônico estabelece como norma geral que os Superiores, isto é, os encarregados de tomar as decisões, sejam pessoas físicas e não órgãos coletivos como a comunidade. Frente a esta norma geral, o mesmo Código reconhece algumas exceções. Por exemplo, as Assembléias gerais são verdadeiros órgãos de decisão. Menos as Assembléias provinciais que não são legislativas.

⁶ XI, 238, Conselhos a Antônio Durand, nomeado superior do Seminário de Agde (1656).

Os Conselhos não são, propriamente falando, órgãos de decisão, mas meios de ajuda para os Superiores. Estes precisarão para alguns assuntos, somente do parecer do seu conselho. Porém, para outros eles precisarão de seu consentimento (cf. E 52b, c, 60b, c). Mas nos dois casos a decisão compete ao superior. O atual Direito admite o chamado “voto colegial”. Na Companhia, é reconhecido unicamente para despedir um membro da comunidade (cf. C. 52d). Neste caso, o Conselho torna-se um verdadeiro órgão de governo. O Direito Canônico assim o determina.⁷

Se analisarmos atentamente a segunda parte da citação das Constituições que intitula este princípio de governo, poderemos concluir que na Igreja e na Companhia aconteceu uma grande mudança no estilo de governar: antes de decidir há um diálogo e uma busca comum da vontade de Deus, de acordo com o que expressa claramente *Perfectae caritatis*, nº 14. Quer dizer, não é mais somente a autoridade que busca, mas também a Comunidade ou a Província com a respectiva autoridade. Esta idéia de busca em comum, de diálogo e de discernimento em vista de uma decisão se encontra repetida várias vezes ao longo das Constituições (cf. C. 5 c, 31b, 34; E. 28d).

A autoridade próxima das pessoas: “(A autoridade)... deve estar próxima das Irmãs para compreendê-las, conhecer-lhes a vida e com elas auscultar as necessidades dos pobres, buscando os meios de dar-lhes respostas com a audácia e a prudência dos Fundadores” (C. 62 b).

As razões que motivam a proximidade da autoridade às pessoas são importantes: compreensão, escuta, conhecimento da vida de cada Irmã, o escutar comum das necessidades dos clamores pobres e a busca, também conjunta das soluções. Se o aspecto pessoal é importante, o que se refere às necessidades dos pobres não o é menos. A autoridade e as Irmãs devem buscar juntas, caminhos a seguir. Isto supõe para a autoridade tomar consciência das situações concretas das pessoas e das obras. É significativo o último inciso da citação das *Constituições*, “com a audácia e a prudência dos Fundadores”. Não é a primeira vez que se fala da audácia nas *Constituições*. A C. 25a diz: “Com a audácia dos Apóstolos, São Vicente e Santa Luísa, desde as origens, lançaram suas filhas pelos caminhos do mundo”. Falar de audácia referindo-se ao governo é algo muito interessante. Fazer alusão à prudência não diminui a audácia, diria mesmo, que ela a torna realista e eficaz.

A autoridade próxima das pessoas é um princípio geral de governo. Isso significa que cada autoridade, no seu próprio contexto, deverá exercê-la de acordo com o que lhe permitirem as situações do seu ofício. Por exemplo, a proximidade da Superiora geral não poderá ser a mesma que a da Irmã Servente. O princípio fala de proximidade, o que às vezes supõe mobilidade e sempre disponibilidade e prontidão na comunicação. Em outros termos: o que este princípio rejeita é que a autoridade se distancie das pessoas, das comunidades e das obras.

A confiança mútua: “A confiança mútua permanece como base das relações no governo. Esta confiança se baseia no respeito às pessoas, na discrição e no sigilo” (C. 62b).

No passado, boa parte da legislação da Igreja e das comunidades esteve baseada em uma certa desconfiança: a abundância de preceitos negativos, a insistência exagerada de valores como a ordem, a regularidade, o estabelecimento de tempos fixos para obrigações concretas, a imagem do Superior como “vigilante” era sinal desta desconfiança para com a

⁷ cf. *Código de Direito Canônico*, c. 699.

pessoa consagrada. Hoje, o novo estilo de formular a legislação superou consideravelmente os sinais de desconfiança existentes em outras épocas. As imposições abriram espaço às exortações. Nesta nova sensibilidade é necessário entender este princípio da confiança mútua. E sem ela não é possível um bom governo.

Como primeira consequência deste princípio, temos que afirmar que hoje a legislação deve ser confiante, mas também realista. Confiante porque é necessário supor que todos os membros da comunidade estão conscientes da sua vocação, maduros em suas convicções e conhecedores de seus deveres. Mas, ao mesmo tempo, a legislação também deve levar em conta a fraqueza humana e a necessidade de apoio. Tudo isso dará à legislação o tom realista de que precisa.

É verdade que a confiança não se impõe, ganha-se lealmente, porque esta não vem só com o ofício. As Constituições fazem apelo ao respeito, à discrição e ao sigilo tudo muito significativo, pois destas atitudes pode advir a perda da confiança mútua ou seu estabelecimento. Em relação ao sigilo, podemos dizer que ele pode ser uma espada de dois gumes. Ninguém duvida que o sigilo é necessário em muitas ocasiões, mas usado como “sistema” para governar seria totalmente negativo. Outros princípios de governo, como os da co-responsabilidade, da participação e da informação dão o direito de saber o que, no passado, era objeto de sigilo.

Participação no governo: *“Cada Irmã tem o direito e o dever de participar do governo da Companhia, de acordo com as modalidades indicadas nas Constituições e Estatutos”* (C. 63a).

Hoje achamos lógico este princípio de governo, dado que a comunidade não pertence só aos Superiores, mas a todos os que a integram. Entretanto, na Igreja há praticamente pouco tempo que existe esta participação no governo. A participação era reduzida só às Assembléias, lá onde o direito próprio as reconhecia. Na Companhia, por exemplo, a finalidade da Assembléia geral era apenas realizar eleições. Pelo contrário, atualmente, nós dizemos que a participação e a co-responsabilidade no governo são um direito de toda a pessoa. O decreto *Perfectae caritatis*, nº 2 pediu a participação de todos os membros das comunidades na tarefa de adaptar e renovar suas respectivas Constituições. O motu proprio *Ecclesiae sanctae* indica os meios para esta participação. Como tudo que é humano, este princípio também é susceptível de ser manipulado, como afirma o Código de Direito Canônico⁸. Este princípio da participação é uma ajuda ao governo, mas não reduz os poderes da autoridade nem os reduz.

Às vezes se diz que o princípio de participação está claramente bem formulado mas que na prática sua aplicação é limitada. Para termos uma idéia de conjunto, enumeremos todas as formas de participação que são citadas nas Constituições atuais: Assembléias (geral, provincial e local), Conselhos (geral, provincial e local), Eleições (Superiora geral, Conselheiras, Visitadora, Conselheiras provinciais), Consultas (Visitadora, Conselhos provinciais, Assistente provincial, Irmãs Serventes, Diretor geral, Diretor provincial), Projetos (provincial, local), Normas provinciais, Comissões diversas, participação pessoal na vida comunitária...

⁸ Veja, por exemplo, c. 633.

Digamos uma palavra sobre as “consultas”. Estas aparecem nas Constituições como um princípio à parte: “*As consultas podem orientar a autoridade competente no momento das decisões*” (C. 63c). Ninguém dúvida de sua importância como ajuda ao discernimento para quem deve tomar as decisões. Se elas foram colocadas à parte é porque entendemos que, na verdade, não são outra coisa senão um modo concreto de participação no governo.

A subsidiaridade: “*A subsidiaridade* requer a partilha efetiva das responsabilidades. Exige colaboração, informação recíproca e inclui o direito à orientação, à supervisão, assim como a necessidade de prestar contas*” (C. 63b).

Nas Constituições de 1983 foi omitido o termo “subsidiaridade”, mas o conceito está presente. Ao contrário, nas atuais aparecem o termo e o conceito. A primeira formulação deste princípio se deve a Pio XI em 1931. No número 35 da sua encíclica *Quadragesimo anno* ele explica este princípio, porém, referindo-se à sociedade civil. Pouco a pouco, este princípio foi entrando na Igreja e em suas instituições. Segundo o documento pontifício *Ecclesiae sanctae*, nº 18, podemos sintetizar o que é subsidiaridade nestes termos: “*Nos diversos escalões, os Superiores são unidos de poderes oportunos, de maneira a evitar recursos inúteis ou frequentes demais às autoridades Superiores*”.⁹

De acordo com Padre Jaime Corera, neste princípio é preciso considerar o aspecto positivo e o negativo. O negativo convida a autoridade a não interferir no funcionamento próprio dos níveis inferiores. Na prática isto significa que, na Companhia, a Superiora geral e seu Conselho normalmente não devem intervir no funcionamento dos governos provinciais, mas respeita as suas competências definidas pelas Constituições. Por sua vez, estes devem respeitar os governos locais. E as Irmãs Serventes devem fazer a mesma coisa com as Irmãs companheiras no desempenho das funções que lhes foram confiadas. O aspecto positivo do princípio consiste em prover a cada nível de governo os meios suficientes para realizar o que é da sua competência: o pessoal suficiente para os diversos trabalhos da casa, meios materiais adequados... Um dos meios que todo nível inferior necessita é a intervenção do nível superior quando o inferior não funciona ou é incapaz de corrigir por si mesmo deficiências importantes de funcionamento do ofício do qual é encarregado. Neste caso, a verdadeira subsidiaridade exige a intervenção da Irmã Servente sobre a Irmã companheira, da Visitadora na comunidade local e da Superiora geral junto à Província. Nas Constituições atuais as competências de cada nível estão bem determinadas. E nesta última renovação foram aumentadas as competências dos níveis provincial e local, acontecendo deste modo uma descentralização importante.

O que se pretende com o princípio da subsidiaridade? De maneira nenhuma se busca a independência nem a autonomia. Ao contrário, este princípio supõe a colaboração e a informação recíproca, como o diz o texto das Constituições que estamos comentando. A subsidiaridade busca criar um novo estilo de relações entre a autoridade e as Irmãs. Concretamente, trata-se de evitar o “maternalismo” por parte da autoridade e o “infantilismo” por parte da obediência. Cada um tem que responder pelo seu nível. Sabemos que para adquirir esta mentalidade plasmada nas Constituições não será fácil nem rápido, devido o grande peso do passado que muitas Irmãs tem sobre as formas de atuar¹⁰. Porém, é

⁹ CONSTITUIÇÕES E ESTATUTOS 2004. LÉXICO, p. 206.

¹⁰ Para desenvolver este ponto nós nos fundamentamos no seguinte artigo do Padre Jaime CORERA, *Subsidiariedade e co-responsabilidade no governo da Companhia*, nos “Ecos da Companhia” (2001). 103 - 104.

necessário continuar esta assimilação até adotar a mentalidade que nos propõem as novas Constituições.

2 - NÍVEL GERAL DE GOVERNO (cf. C. 64 - 71; E. 44 - 52)

Este capítulo se abre com o trecho de uma carta que Santa Luísa dirige a São Vicente, expressando-lhe a tranqüilidade que sente por ter percebido de forma clara a vontade de Deus em relação à direção do Superior geral da Congregação da Missão para a Companhia.¹¹ Sabemos que isto preocupava especialmente Santa Luísa, a tal ponto que desejava o desaparecimento da Companhia antes que vê-la submetida à outra direção. No fundo, Santa Luísa pretendia apenas assegurar o cumprimento da finalidade da Companhia. Nisto se mostrava firme, pois estava certa de que era a vontade de Deus.

Neste nível geral, nos deteremos, sobretudo, em ver quais foram as principais mudanças e como cada ofício é definido nas Constituições atuais.

O Superior geral (cf. C. 64; E. 44). Como vimos na carta de Santa Luísa que acabamos de comentar, o Superior geral “*é reconhecido e aceito*” como Superior da Companhia, mas muitas das suas atribuições passam a outros níveis de governo. Concretamente, este primeiro representante do governo, tem agora as seguintes atribuições:

- O Superior geral já não preside o Conselho geral (por si mesmo ou pelo Diretor geral), mas participa nele (por si mesmo ou pelo Diretor geral). A presidência compete à Superiora geral ou à Assistente. Neste caso, a Companhia apenas reconhece juridicamente o que, já se fazia na prática.
- Foi suprimido o direito de conceder a uma Irmã com mais de dez anos de vocação a permissão para residir fora da Companhia para no máximo três anos. Este direito parece desnecessário, se levamos em conta que, a Visitadora em alguns casos e em outros a Superiora geral com seus Conselhos respectivos, podem autorizar que uma Irmã resida fora de uma casa da Companhia (cf. C. 66f; E. 29a, b, 54a).
- A interpretação prática das Constituições que nas anteriores era da competência do Superior geral, agora passa à Superiora geral, embora necessite da “*aprovação do Superior geral*” (C. 66c).
- A faculdade de constituir, dividir, unir ou suprimir as Províncias... passa a ser da competência da Superiora geral e seu Conselho (cf. E. 52c). Nós entendemos que esta atribuição tinha muita formalidade, visto que na prática quem percebe a conveniência de fazer todas estas mudanças são as Visitadoras, as Conselheiras gerais e a Superiora geral. Novamente, a legislação se adapta à realidade.
- A nomeação das substitutas da Assistente e Conselheiras gerais, das Visitadoras e Conselheiras provinciais, assim como a confirmação da Econômica e Secretária gerais, das Econômicas provinciais, das Irmãs Serventes e das responsáveis pela formação não são mais atribuições do Superior geral. Mais adiante veremos as competências que são do nível provincial e as que

¹¹ Cf. SLM, c. 228; Carta de Santa Luísa a São Vicente, novembro de 1647.

pertencem ao nível geral. Por que esta mudança? A razão que expusemos no caso ereção, divisão ou supressão das Províncias pode ser perfeitamente válida aqui.

- Como para a administração dos bens da Companhia, “*ele recebe um relatório anual*” (E. 44). Quer dizer, só participa da informação. Todo o funcionamento prático, como a autorização para alienar bens, contrair obrigações, assim como determinar o valor máximo que as Visitadoras e as Irmãs Serventes podem utilizar, passam à Superiora geral e seu Conselho (cf. C. 66d).

Resumindo, o Superior geral é reconhecido como autoridade máxima na Companhia. Espera-se dele que “*guie e ajude as Irmãs a se manterem no espírito próprio e a cumprirem sua missão na Igreja*” (C. 64b). Existem meios suficientes para desenvolver sua missão. Portanto, esta orientação constitucional nos dá a segurança de que esta nova situação foi feita em fidelidade aos Fundadores. Como temos visto, certas competências, derivadas da função de governo, passam a outros níveis, produzindo deste modo uma importante descentralização na Companhia. Na realidade, como já dissemos, estas competências eram mais nominais e formais que reais. Em muitos casos, a Assembléia geral não faz outra coisa a não ser ratificar com uma norma o que já se fazia na prática.

Quanto às competências do Superior geral podemos dizer que este continua a ocupar-se de: tudo o que é relacionado aos votos (cf. C. 64c), de convocar e presidir a Assembléia geral, sempre de acordo com a Superiora geral e seu Conselho (cf. C. 64a), de participar do Conselho geral (por si mesmo ou pelo Diretor geral) de receber um relatório anual da administração dos bens (cf. C. 64 e), de preparar a eleição da Superiora geral (cf. E. 46), de nomear o Diretor geral e os Diretores provinciais (cf. E. 44), de fazer visita às Províncias e às Comunidades (cf. E. 44) e “*de transmitir à Santa Sé, por confirmação, o processo de despedida de uma Irmã que tem dez anos ou mais de vocação*” (E. 44).

O Diretor geral (cf. C. 65; E. 45).

Para compreender a função do Diretor geral temos que nos deter nesta declaração das Constituições: “*Sua principal função é assistir o Superior geral e substituí-lo em sua ausência*” (C. 65). Historicamente foi deste modo que este ofício surgiu. As múltiplas ocupações impediam Vicente de Paulo de ocupar-se da Companhia como ele deveria fazê-lo. Então o próprio São Vicente pediu ao Padre Antônio Portail que o ajudasse. Com o passar do tempo se encarregou de consolidar este ofício. Portanto, a missão do Diretor geral, em grande parte, depende do Superior geral. E no que se refere às Irmãs, está bem claro nesta expressão das Constituições: “*Ele acompanha as Irmãs e as anima a viver sua vocação na fidelidade*” (C. 65).

Até as Constituições atuais era o único ofício na Companhia que escapava de um regulamento constitucional temporário. Dependia somente da vontade do Superior geral. As novas Constituições determinaram um mandato de seis anos, com a possibilidade de ser renomeado. Em todo caso, a duração total não deve passar de doze anos. Observa-se que no segundo mandato não é mencionado o tempo exato para o qual é nomeado. Só é dito que pode ser “*renomeado*” (C. 65a). Longe desta ser uma fórmula imprecisa e descuidada, a expressão foi muito bem pensada deixando ao Superior geral certa liberdade de atuação. O E. 45 assinala duas mudanças: o Diretor geral já não preside o Conselho na ausência do Superior geral, mas somente participa dele. Nem tampouco é o que autoriza a contrair dívidas,

obrigações e a aceitar fundações, na ausência do Superior geral, mas a Superiora geral. Em questões econômicas, como em outros assuntos, ele dá o seu parecer.

A Superiora Geral (cf. C. 66; E. 46. 47).

A missão principal da Superiora geral é o de manter a unidade na Companhia, ao mesmo tempo que a fidelidade ao espírito recebido, orientá-la, guiá-la e incentivá-la para que se mantenha obediente à Igreja. As Constituições salientam com muita força a forma como ela deve exercer sua autoridade: não de um modo autoritário, mas procurando a colaboração de todas as Irmãs. Sobre o estilo de governar é muito expressiva a fórmula que as Constituições tomaram da exortação *Perfectae caritatis*, nº 14: em seu comportamento as Irmãs devem ver refletido “*o mesmo (amor) com que Deus as ama*” (C. 66a). Deste modo, a obediência em todos os níveis pode ser mais fácil.

Vamos ver somente as mudanças que aparecem nas atuais Constituições:

- Com relação à eleição, os seis escrutínios para alcançar a maioria absoluta de votos foram reduzidos a três (cf. C. 66b). Esta mudança está mais próxima ao Código de Direito Canônico que propõe dois, no caso de eleições¹². Para o quarto escrutínio basta a maioria relativa. Na mesma C. 66b foi acrescentado, a idade e os anos de vocação, esta condição é nova: para a validade da eleição como Superiora geral requer-se que a candidata tenha feito a renovação dos votos. Acrescentam-se a este todos os comentários que nos parecem evidentes em todos os pontos de vista.
- Novas atribuições:
 - * Compete a ela a interpretação prática das Constituições. Deve buscar o acordo com o Superior geral para evitar criar divisões entre as Irmãs (cf. C. 66c).
 - * A Superiora geral é “*a responsável pelos bens da Companhia*” (C. 66 d). Isto é, ela já não precisa do consentimento do Superior geral para dispor dos bens da Companhia em matéria importante. Ela recebe prestações de contas periódicas sobre a administração da Companhia. Dá autorização para adquirir ou alienar bens, aceitar fundações, contrair dívidas e obrigações dentro dos limites fixados pelo direito universal. Evidentemente, deve levar em conta sempre o parecer de seu Conselho.
 - * Designa as Visitadoras e as Conselheiras provinciais, segundo o método escolhido pela Província (cf. C. 66e). Nomeia a Econômica geral, a Secretária geral, a substituta da Assistente geral e, se necessário, uma Conselheira geral (cf. E. 52c). Tudo isto com o consentimento do seu Conselho e sem precisar recorrer ao Superior geral.
 - * Com o seu Conselho aprova as Normas provinciais (cf. C. 66e).
 - * Concede permissão, com o consentimento de seu Conselho, para uma Irmã morar fora de uma casa da Companhia, “*salvaguardando a autoridade da Visitadora*” (C. 66f).
- Nas Constituições de 1983, no caso de estar vacante o ofício da Superiora geral, deve-se proceder a convocação de uma nova Assembléia geral com o

¹² Cf. *Código de Direito Canônico*, c. 119, 1º.

objetivo de eleger uma nova Superiora. Nas Constituições de 2004 foi introduzida uma mudança importante. *Tornando-se vacante o ofício de Superiora geral, a Assistente geral o assume até a próxima Assembléia geral ordinária* (cf. C. 66g).

Assistente e Conselheiras gerais (cf. C. 67 - 68; E. 48 - 49).

A missão da Assistente geral consiste em substituir a Superiora geral durante sua ausência. A mudança mais importante é que se o ofício da Superiora geral estiver vacante, a Assistente assume o cargo até a próxima Assembléia geral ordinária. (cf. C. 67b)

As Conselheiras gerais têm como missão ajudar a Superiora geral no governo da Companhia (cf. C. 68a). Nós apresentamos as mudanças principais que foram introduzidas nas Constituições atuais. Para a validade de sua eleição, as Conselheiras gerais devem ter pelo menos trinta e cinco anos de idade e quinze de vocação e haver confirmado naquele ano o compromisso com a Companhia pela renovação dos votos (cf. C. 68b). Tornando-se vacante o ofício de uma Conselheira geral, compete à Superiora geral com seu Conselho prover o cargo, e não ao Superior geral (cf. C. 68c). Para a eleição de Conselheiras gerais não existe um número prefixado, como assinalavam as Constituições de 1983, mas o que determinará cada Assembléia geral, em função das necessidades da Companhia (cf. E. 49a). As Constituições prevêm o método de eleição das Conselheiras gerais: A Superiora geral com seu Conselho, antes das Assembléias provinciais e da Assembléia geral, propõe o número e o critério de escolha, segundo as necessidades da Companhia (cf. E 49b). Finalmente, outra pequena mudança: as Conselheiras gerais participam do Conselho dando seu parecer ou seu consentimento (E. 49c). As Constituições de 1983 falavam de “*voz consultiva ou deliberativa*”. As duas expressões são semelhantes: “dar o parecer” quer dizer que a Superiora geral escuta a opinião das Conselheiras, mas não deve necessariamente proceder de acordo com a maioria. Porém, no “consentimento” deve haver expressão de opinião por voto. E, neste caso, a Superiora não pode agir contra a maioria.

A Ecônoma geral (cf. C. 69; E. 50).

Sua missão consiste em ocupar-se da administração dos bens temporais da Companhia sob a direção da Superiora geral com seu Conselho. As Constituições atuais nos apresentam estas duas pequenas mudanças:

- A Ecônoma geral participa do Conselho geral, não somente quando se trata de assuntos estritamente financeiros, mas também quando se trata de “*assuntos legais que têm incidência econômica*” (C. 69 b). É bom aproveitar os conhecimentos da Ecônoma para os assuntos ligados com a economia.
- Como a administração dos bens, atualmente, requer conhecimentos especializados, as Constituições pedem que a Ecônoma geral “*seja assistida por uma Comissão de Finanças*” (E. 50 d).

A Secretária geral (cf. C. 70; E. 51).

Tem como missão ajudar a Superiora geral na administração. Não houve mudanças significativas com relação às Constituições de 1983.

O Conselho geral (cf. C. 71; E. 52).

É constituído pelas Conselheiras gerais reunidas em torno da Superiora geral. Nem o Superior geral nem o Diretor geral pertencem ao Conselho, embora eles participem dele. A função principal do Conselho é tratar dos assuntos que lhe competem, de acordo com o Direito universal, o Direito próprio e o espírito da Companhia (cf. C. 71a, c).

A mudança mais importante é que, quem preside o Conselho geral é a Superiora geral e, em sua ausência, a Assistente, e não o Superior geral ou o Diretor geral como até agora vinha sendo feito (cf. C. 71b). Sobre as outras mudanças, nós já falamos delas ao apresentar os diferentes ofícios de governo.

Para terminar queremos chamar sua atenção sobre esta pequena mudança: em muitos lugares foi substituída a expressão “*a Superiora geral e seu Conselho*” por “*Superiora geral com seu Conselho*”. Por exemplo, pode-se ler a C. 66c, 67 b, 68b... Por que esta mudança da conjunção aditiva “e” pela preposição “com?”. A conjunção justapõe e só demonstra que o Conselho está em um nível diferente daquele da Superiora geral. Ela se situa em um mesmo plano. Por conseguinte, a expressão, “*a Superiora geral e seu Conselho*”, pode levar a pensar em um governo colegial e não pessoal; o que se contrapõem ao Direito canônico e ao Direito próprio. “*A Superiora geral com seu Conselho*”, pelo contrário, reflete com mais clareza que é a Superiora geral quem governa embora ela deva fazer isto com seu Conselho. No E. 44 se utiliza a conjunção aditiva “e” para unir Conselho e Superiora. Mas neste caso está justificado porque se quer salientar que o Superior geral consulta a Superiora geral e também as Conselheiras antes da nomeação do Diretor geral. Isto significa que, este não é um ato de Conselho como nos casos precedentes.

III - QUESTIONÁRIO PARA FACILITAR A REFLEXÃO PESSOAL E AS PARTILHAS COMUNITÁRIAS (INTERCOMUNITÁRIAS OU PROVINCIAIS...)

1. Comparar as Constituições renovadas com as de 1983. Constatar as mudanças introduzidas nos artigos que correspondem a esta ficha.
2. De todos os princípios de governo que as Constituições nos apresentam, assinalar os pontos que você considera mais importantes ou mais necessários para exercer o governo na Companhia hoje. De que maneira os princípios que você indicou podem implicá-la?
3. *A subsidiaridade busca criar um novo estilo de relações entre a “autoridade” e a “obediência”.* Que ações comunitárias e provinciais podem facilitar o princípio de governo?
4. Como membro da Companhia, quais são suas aspirações em relação ao nível geral de governo? De que maneira você pode colaborar com o governo geral?

Javier Alvarez,
Diretor geral
Fernando Quintano, cm

Pista para o retiro mensal

“Então Jesus fixou nele seu olhar e o amou” (Mc. 10, 21)

ILUMINAR O OLHAR

O olhar deve ser iluminado por Jesus Cristo, e Jesus Cristo ressuscitado. A vigília pascal começa com o rito da luz. A imagem deste fogo deve permanecer na pupila durante toda a Páscoa, isto é, durante a vida inteira. O cristão que viveu a Páscoa e que conheceu Jesus não pode viver na escuridão, não pode entrar na vida com cataratas deformantes. Seu olhar deve ser o do Mestre.

Como era o olhar de Jesus? Através de suas parábolas, podemos compreender até que ponto Ele era atento e sensível: seu olhar calmo e sereno parava para contemplar os pássaros do céu enquanto construía seus ninhos; seu olhar compreensivo de camponês da alta Galiléia que, desde pequeno, tinha aprendido a reconhecer as plantas, a hortelã, a erva-doce, o cominho; o olhar simples daquele que cresceu em contato com a natureza e que respirou o aroma da mirra e do nardo.

A Sagrada Escritura conhece e descreve uma grande quantidade de olhares: um olhar simples e luminoso alegra o coração (cf. Prov. 15, 30); o olhar arrogante é o reflexo de um coração orgulhoso (cf. Sl. 101, 5); um olhar atento às necessidades dos irmãos (cf. Prov. 22, 9). Os Semitas acreditavam que, no ser humano, havia uma luz que saía do coração e se projetava para o exterior passando pelas janelas dos olhos. É por isso que Jesus fala da “lâmpada do corpo”: *“O olho é a luz do corpo. Se teu olho é são, todo o teu corpo será iluminado. Se teu olho estiver em mau estado, todo o teu corpo estará nas trevas. Se a luz que está em ti são trevas, quão espessas deverão ser as trevas!”* (Mt. 6, 22).

AS DIMENSÕES DO OLHAR DE JESUS

O olhar para o céu

Uma das diferenças que existem entre o ser humano e os outros animais é o olhar: somente a criatura humana levanta a cabeça para contemplar o firmamento. Somente a pessoa busca em Deus o sentido de sua existência.

Jesus soube fixar seu olhar para o Pai. É a conclusão que podemos tirar de uma leitura muito simples do Evangelho: por exemplo, antes de multiplicar os pães, ele eleva os olhos para o Pai (cf. Mt. 14, 19). Antes de pronunciar a palavra “Ephphata” e de abrir os ouvidos do surdo, ele contempla um momento o céu (cf. Mc. 7, 34), etc... Seu olhar indica a direção na qual os olhos, daquele que busca um alimento para sua vida e palavras de salvação, devem se orientar. Só do alto vem a luz que dá um sentido à alegria, à dor, aos sucessos e aos fracassos, às traições, à solidão... e à morte.

O olhar que vai direto ao coração.

Jesus é um observador atento, nada lhe escapa do que acontece ao seu redor. Ele viu o fariseu que, estando de pé se vangloria, dando graças a Deus por não ser como os outros

homens..., e o publicano que bate em seu peito e não ousa elevar seus olhos para o céu... (cf. Lc. 18, 11. 13).

Ele observa as pessoas que se aproximam dos cofres das esmolas. Eles eram de bronze e na forma de um cone. Os ricos deixavam cair suas moedas de metal com uma energia bem calculada para que ressoassem. Mas seu olhar não pára sobre eles, mas numa viúva pobre: *“Em verdade vos digo: esta pobre viúva pôs mais do que os outros”*. (cf. Lc. 21, 1-3). Jesus vê o segredo dos corações e sabe distinguir entre as miragens e a realidade, entre os reais tesouros e a bijuteria.

É um olhar penetrante e cheio de misericórdia que ele lança a Zaqueu, um pequeno personagem menosprezado por todos..., exceto por Jesus. Chegando Jesus àquele lugar e levantando os olhos, viu-o e disse-lhe: *“Zaqueu, desça depressa, porque é preciso que eu fique hoje em tua casa”*. (Lc. 19, 5). O detalhe é bem significativo: O olhar de Jesus vai de baixo ao alto. A posição mais alta pertence, por direito, ao pecador, ao pobre. Nós que seguimos as pegadas de São Vicente, conhecemos bem isto: aquele que vai ajudar o pobre deve estar revestido de humildade. De acordo com a lógica do Evangelho, aquele que é o ponto de observação, é o marginalizado, o pobre, o que não fez nada em sua vida a não ser coisas perdidas. Jesus, o Mestre e Senhor se considera como seu servo (cf. Lc. 19, 1-10). O que os fariseus, os justos obtiveram considerando Zaqueu de cima abaixo? Com suas condenações categóricas, com seus desprezos, ele obstinou-se.

OS OLHOS DE JESUS

Olhos que sabem ver.

Ver é mais que olhar. A pessoa superficial olha a floresta, mas não vê as árvores, ela olha as pessoas, mas não vê as pessoas. Os psicólogos constataram que nossa “visão” é seletiva: nós não vemos tudo, vemos apenas as coisas e as pessoas que queremos ver. Por outro lado, Jesus vê tudo: os lírios do campo, o grão de trigo, a mulher que varre a casa inteira até encontrar a dracma perdida. Seu olhar nunca está no vazio; é sempre um olhar acolhedor. A explicação é muito simples: ele ama tudo. Sua relação, com tudo o que foi criado, é benevolente.

Olhos que sabem compreender.

Compreender é mais que acolher; é acolher com respeito, com estima. Por que a “pecadora pública” ousa apresentar-se na casa de um fariseu e colocar-se aos pés do rabino de Nazaré (cf. Lc 7, 36-50)? O ódio e o desprezo das pessoas a haviam tornado indiferente a tudo e a todos. *“Você vê esta mulher?”*, pergunta Jesus ao fariseu que, talvez a tinha olhado freqüentemente, mas nunca a tinha “visto”. O olhar de Jesus é tal que as pessoas sentem-se acolhidas.

Olhos que sabem comunicar.

Olhar é estabelecer um contato. Para estabelecer um primeiro contato com uma pessoa, nós precisamos ver seus olhos. Olhar nos olhos de alguém é como se batêssemos numa porta. Quando alguém chama, podemos reagir de diferentes maneiras: pelo medo, por indiferença, pelo cansaço, por preconceitos, pela alegria, pelo entusiasmo... Dois discípulos de João Batista perguntam a Jesus: *“Mestre, onde moras?”*. Seus olhos se encontram e pedem

para ir com ele. “*Vinde e vede*”, respondeu-lhes Ele. O evangelista observa: “*Foram aonde ele morava e ficaram com ele aquele dia*”. (Jo 1,35-39) Uma troca de olhares modifica radicalmente a vida de duas pessoas.

A partir de todos estes dados evangélicos, o olhar de Jesus vai em direção dos pobres. O olhar do Pai, em toda a Sagrada Escritura, tem a mesma orientação. O olhar de São Vicente vai no mesmo sentido (cf. F. Armellini - G. Moretti, *Um retrato de Jesus*).

PARA A ORAÇÃO PESSOAL E PARTILHA

- Meditação destas passagens evangélicas: Mc. 12, 41 – 44 e Mc. 10, 46 – 52
- Como eu olho para as pessoas que eu devo servir e aquelas com quem eu me comunico? As Irmãs de minha comunidade?
- O que falta ao meu olhar para que ele se assemelhe ao de Jesus ou ao de São Vicente?

Padre Javier ÁLVAREZ, cm
Diretor geral

Desafios atuais

Introdução

Neste número, o capítulo “Desafios atuais” propõem trechos de duas outras intervenções feitas durante a Sessão dos migrantes. A primeira conferência apresenta uma reflexão sobre o fenômeno migratório no contexto atual da globalização; o segundo aprofunda o mesmo tema à luz do carisma vicentino.

A imigração é um dos fenômenos atuais importantes no plano mundial com enormes conseqüências para a vida de milhares de pessoas. Os migrantes são aqueles que deixam suas terras, voluntariamente ou não, em busca de uma vida melhor. Hoje, dizem os peritos, eles são 175 milhões. De acordo com uma previsão demográfica, eles serão 230 milhões em 2050. Sobre este fenômeno, implantam-se atividades criminais e ilícitas que tiram proveito da emigração clandestina que o Organismo Internacional dos Migrantes (OIM) não pode controlar.

Para compreender e intervir eficazmente nas situações de pobreza produzidas pelo processo migratório atual, devemos situá-los no contexto global das condições de vida sócio-econômicas e políticas.

Em sua conferência, a Senhora Rodriguez Pizarro partilha sua experiência de relatora especial da ONU pelos direitos do homem migrante. Na perspectiva das realidades e dos desafios do fenômeno migratório, ela apresenta linhas concretas para trabalhar na Igreja com a Pastoral dos Migrantes.

Em sua conferência o Padre Turati, Padre da Missão da Província de Turim, convidamos a questionar-nos sobre este fenômeno a partir do nosso carisma a fim de escutar e de levar em conta as diversas solicitações dos migrantes.

N.B: Todas as conferências em sua integridade serão disponíveis posteriormente.

Desafios atuais

Dra. Rodriguez Pizarro

O fenômeno migratório no contexto da globalização. Sua realidade e seus desafios.

Notas tomadas livremente a partir da conferência da Dra. Rodriguez Pizarro

Dirijo-me a vocês como “relatora especial para os direitos humanos dos migrantes”, este cargo faz parte do sistema de proteção e de promoção dos Direitos Humanos da ONU. Meu trabalho consiste em examinar os meios necessários para superar os obstáculos à proteção plena e efetiva dos direitos humanos dos migrantes. Entre 1999 e 2005, pedi e recebi informação de todas as fontes pertinentes sobre as violações dos direitos humanos dos migrantes de todos os lugares onde se produziam, fiz recomendações para impedir e para solucionar estas situações, favoreci a aplicação da legislação em vigor sobre esta matéria, recomendei atividades e medidas que podiam ser aplicadas para eliminar as violações dos direitos do homem migrante, e quando considerei que uma determinada situação tinha necessidade de um inquérito local, fiz visitas *in situ*, com o convite preliminar do Governo do país.

Desejo colocar toda a minha experiência a serviço da Igreja Católica e de suas diferentes organizações. É indispensável ter uma boa informação sobre a realidade do fenômeno migratório no contexto da globalização para compreender os desafios que se apresentam atualmente, quando é necessário agir em prol da defesa dos direitos humanos do migrante no mundo.

I. A REALIDADE DO FENÔMENO MIGRATÓRIO NUM MUNDO GLOBALIZADO

A migração é um fenômeno inseparável do contexto da globalização. Com efeito, quase todos os países, por uma razão ou por outra, são confrontados hoje em dia com a irrupção do fenômeno das migrações na vida social, econômica, política e religiosa. De acordo com as recentes estatísticas do ano de 2003, fornecidas pelo (OIM), 175 milhões de pessoas vivem fora do seu lugar de nascimento. Dentre estas, quase 158 milhões são migrantes, mais ou menos 16 milhões são refugiados e 900.000 requerentes de asilo.

Identifiquei várias razões a esta migração: as catástrofes naturais, os conflitos internos, a instabilidade econômica e a pobreza, o desemprego, o rompimento das famílias, a desigualdade dos sexos, a violência na família e a exclusão social. Este fenômeno é geralmente, o fruto de uma decisão livre das pessoas, e freqüentemente é motivado por objetivos econômicos e também culturais.

Discriminação e xenofobia

Este fenômeno se enraíza em um nacionalismo exacerbado. Em muitos Países, há mesmo ódio, a marginalização sistemática ou violenta das populações migrantes ou de adeptos de religiões não cristãs. Os movimentos de refugiados que aumentam em número, que se misturam freqüentemente com os fluxos migratórios, tudo isto é como uma onda de choque nas sociedades onde se cruzam as etnias, os povos, as culturas diferentes.

Os migrantes são confrontados também com o perigo das redes transnacionais do crime organizado. Frequentemente, não sabem dos perigos que os rodeiam emigrando fora das leis, porque não conhecem os passos legais que lhes permitiriam viajar com toda segurança.

O tráfico das pessoas e o tráfico ilícito de migrantes.

Na perspectiva dos direitos humanos dos migrantes, é importante falar de dois pontos no contexto internacional: o tráfico das pessoas e o tráfico ilícito de migrantes. O artigo 3 do “Protocolo para prevenir, restringir e aprovar o *tráfico de pessoas*, sobretudo as mulheres e as crianças”, afirma que o tráfico das pessoas abrange: a investigação, o transporte, a viagem, o acolhimento ou a recepção de pessoas, tendo recurso à ameaça ou a outras formas de constrangimento, ou entrega de dinheiro. Este artigo é completado pela “Convenção das Nações Unidas contra a Delinquência Transnacional Organizada”.

Por outro lado, o artigo 3 do “Protocolo contra o *tráfico ilícito de migrantes* por terra, ar e mar”, completado pela Convenção, define o tráfico ilícito de migrantes como meio de assegurar, uma vantagem financeira ou outra vantagem material, a entrada ilegal de um estrangeiro ou um não residente no território de um Estado parte. As passagens ilícitas das fronteiras facilitam a expansão do tráfico num contexto de tráfico de migrantes no plano Internacional.

De acordo com dados da OIM, mais ou menos 700.000 pessoas são vítimas do tráfico no mundo. As mulheres e os jovens, assim como as crianças, são particularmente visados por estas redes do crime internacional organizado.

É muito difícil localizar os migrantes que se servem dos meios de migração irregular. Estas pessoas recorrem às redes do tráfico para obter passaportes ou falsos vistos, o que as coloca em situação de alto risco ou são expostas às violações severas de seus direitos.

Infelizmente, o crime transnacional organizado funciona com uma grande mobilidade a nível internacional e contribui para a impunidade no contexto de migração internacional.

As mulheres migrantes.

As mulheres migrantes são mais ou menos 50% da população que envia dinheiro ao seu País de origem. Na Ásia, as mulheres constituem a maioria dos trabalhadores no estrangeiro.

O problema da violência contra as mulheres migrantes é muito importante. As empregadas domésticas, por sua dupla marginalização como mulher migrante, encontram-se facilmente numa situação de grande vulnerabilidade em relação à violência e aos abusos, tanto no domínio doméstico como no mercado de trabalho. Em muitos Países, um grande número de mulheres são escravas da indústria do sexo. A maioria é menor.

Os (as) menores não acompanhados (as).

No meu trabalho, detectei três situações muito preocupantes em relação aos menores não acompanhados. Em primeiro lugar, a *detenção* de menores não acompanhados. Em segundo, as condições preocupantes de *expulsão* de menores nas fronteiras internacionais. Em terceiro lugar, a situação paradoxal de filhos de migrantes nascidos em seu território como cidadãos nacionais, mas que não têm o *direito de viver legalmente com os seus pais em seu país*.

O artigo 2 da Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece que: “*Os Estados Partes respeitarão os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança*”.

A detenção administrativa

Os fundamentos jurídicos da detenção administrativa dos migrantes são sempre muito vagos e imprecisos. Os migrantes não conhecem seus direitos e não beneficiam da ajuda de intérpretes ou de advogados. Frequentemente, os migrantes sem documentos privados de liberdade não recebem assistência e proteção legal, médica, social e psicológica adequadas, nem das instituições dos Países de acolhimento nem dos seus representantes consulares.

Os migrantes são privados de liberdade sem que se tenha em conta os seus antecedentes pessoais ou sua condição. As vítimas do tráfico das pessoas são consideradas como delinquentes, são presas ou deslocadas por infrações ou delitos cometidos como consequência inevitável das violências que têm suportado. Frequentemente, não existem disposições específicas relativas à detenção de crianças e de outros grupos vulneráveis, o que permite sua detenção em condições que, frequentemente, violam os seus direitos fundamentais e prejudicam a sua saúde física e moral.

Refúgio e migração.

As linhas e as distinções entre os migrantes e os refugiados tornam-se cada vez mais difusos quando nos encontramos face à problemática de centenas de milhares de pessoas que chegam ao país de destino, que solicitam um estatuto de refugiados e que não lhes são concedidos. Estas pessoas ficam desamparadas, em uma situação de migração irregular ou frequentemente na clandestinidade.

II - REFORÇAR A PASTORAL DOS MIGRANTES

É muito importante que a Pastoral da Mobilidade Humana continue o seu trabalho de ajuda aos migrantes, sobretudo neste momento em que a xenofobia e o racismo ameaçam milhões de seres humanos.

PROMOVER A MENSAGEM DA PASTORAL DA MOBILIDADE HUMANA, NO SEIO DA IGREJA CATÓLICA.

O **diálogo ecumênico e inter-religioso**, as iniciativas comuns, as visitas pastorais e cooperação solidária entre as diferentes Igrejas do mundo deveriam aumentar para defender cada vez mais os direitos humanos dos migrantes a nível nacional, assim como a nível regional e internacional.

A presença, cada vez mais importante de migrantes cristãos precisa de uma maior compreensão recíproca entre a Igreja Católica e as Igrejas não Católicas. O Concílio Vaticano II convida-nos a cultivar os valores comuns e a respeitar as diversidades sem renunciar os princípios cristãos.

Na Igreja Católica, parece-me indispensável promover **o conhecimento e a visibilidade a mobilidade humana**, o respeito das diferenças de todo tipo: religioso, cultural, social, étnico, de sexo e de orientação sexual. É necessário perceber e mostrar as diferenças não como carências ou situações de inferioridade. Neste sentido, deve-se reconhecer a especificidade da contribuição dos migrantes nas sociedades que os recebem.

Momentos importantes deste esforço ecumênico podem ser, por exemplo, as grandes festas litúrgicas das diferentes confissões, as tradicionais jornadas mundiais pela paz, aquelas em prol dos migrantes e refugiados, a semana anual de oração pela unidade dos cristãos.

ANTECIPAR A MIGRAÇÃO IRREGULAR, OCUPAR-SE DOS MIGRANTES E AJUDÁ-LOS A VOLTAR A SEUS PAÍSES.

Quando trabalha-se ao serviço dos migrantes, é importante:

- Antecipar a migração irregular. Trata-se de prevenir e informar nos países de origem as realidades e conseqüências da migração irregular.
- Ocupar-se dos migrantes nos países de transição e países de destino.
- Ajudar as populações a retornarem aos seus países.

1 - Antecipar a migração irregular nos Países de origem.

- Prevenir as realidades e conseqüências da migração irregular. Informar a partir de documentos assinados pelos Países, a nível regional e internacional em matéria de defesa dos direitos humanos.
- Organizar sessões sobre os direitos humanos para fornecer elementos de discernimento e de ação.
- Sensibilizar os meios de comunicação. Os fatos e as imagens dão informações nem sempre exatas sobre as situações econômicas em outras partes do mundo. A falta de informação correta e apropriada nos Países de origem é um fator que reforça o risco da migração irregular.

2- Ocupar-se dos migrantes nos países de transição e nos países de destino.

- Ajudando os migrantes sem documentos para que regularizem o seu estatuto migratório, pedindo a ajuda de intérpretes, de conselheiros legais ou de outras pessoas capazes de defendê-los.
- Ocupar-se mais particularmente dos grupos vulneráveis no contexto do tráfico de pessoas e o tráfico de migrantes, bem como das diversas formas de discriminação que existem contra eles, agindo em colaboração com as organizações da sociedade civil, tanto no plano local como em nível internacional.

3 - Ajudar os migrantes a retornarem ao país

Intervir em defesa dos direitos dos migrantes a viverem com suas famílias, sobretudo no contexto da globalização, para que o grupo familiar e afetivo não desapareça.

Somos testemunhas de acontecimentos nos quais milhares de pessoas, homens, mulheres e crianças morrem na tentativa de fugir da pobreza, da guerra e da fome. Estamos diante de um fenômeno que todos os dias se repete para milhões de migrantes que esperam e merecem uma inteira proteção dos seus direitos humanos.

Dra. Rodrigues Pizarro

Padre Turati, cm

Migração e carisma vicentino

Notas tomadas livremente a partir da conferência do Padre G. Turati, cm

INTRODUÇÃO

Limitando-nos ao nosso tema em relação ao carisma vicentino, compreendido justamente como um dom particular do Espírito para o bem da Igreja e do mundo, parece-me importante assimilar um duplo nível de compromisso que este carisma pode representar para a Igreja e o mundo moderno um testemunho válido: com efeito, o carisma vicentino exerce-se, não só como serviço, mas, sobretudo como promoção de uma cultura de solidariedade.

A reciprocidade é, ao lado da solidariedade, um outro grande princípio da Doutrina Social da Igreja para a qual o carisma vicentino pode trazer uma contribuição preciosa, seja ao nível prático ou ao nível cultural. A solidariedade não engaja somente o grupo ou o país que acolhe, mas também aquele que é acolhido. Seu objetivo não é simplesmente a assistência do outro, mas o crescimento de uns e de outros.

Em uma primeira parte, esforçar-me-ei para colocar em evidência as formas sob as quais, nós, vicentinos, podemos traduzir concretamente as Diretrizes da Igreja Universal no quadro do fenômeno migratório. Procuraremos como, à luz do carisma, passar de uma situação conflituosa a uma situação de solidariedade.

Na segunda parte, apresentarei alguns dados recolhidos a partir de respostas a um questionário a algumas Filhas da Caridade que trabalham a serviço dos migrantes.

I – O CARISMA VICENTINO A SERVIÇO DA SOLIDARIEDADE

As situações de conflito que caracterizam o mundo de hoje exigem não só uma revisão das estruturas e das leis, mas também uma mudança de mentalidade. A vida comum com pessoas de raças e culturas diferentes pode ser uma oportunidade de crescimento, não somente para os migrantes, mas também para aquele que os acolhe. No entanto, pode ser também um motivo de conflito ou mesmo de regressão, pelas atitudes de indiferença que isto pode suscitar a respeito de seus valores morais e religiosos. É aqui que se situa o serviço que nosso carisma pode prestar à Igreja e ao mundo de hoje.

O Serviço educativo

O vicentino que se compromete em ajudar concretamente os migrantes é também chamado a participar de sua integração à vida em sociedade. Trata-se de um dever de educação pelo qual educa-se mutuamente, valorizando as riquezas de cada um. Desta maneira, tornamo-nos mais humanos, à imagem da Trindade.

Educar à identidade, ao diálogo e à solidariedade

Visto que cada pessoa tem sua história, sua cultura, suas próprias relações parentais, amicais, raciais, religiosas, educar uma pessoa significa ajudá-la a crescer em sua própria identidade histórica e cultural (cf. *Gravissimum educationis*, nº 1). Daí em diante, a educação constantemente se realiza numa relação pessoal de escuta e diálogo.

Como João Paulo II lembrou em Jakarta, em outubro de 1989, há diferentes formas de diálogo: o diálogo da vida, das ações, da experiência religiosa, da partilha com os outros do dom do conhecimento da verdade revelada (cf. João Paulo II, o Observatore Romano de 11 de outubro de 1989, pág. 6)

“Não é só o diálogo em palavra, mas também em gesto: não é só a identidade atestada, mas também aquela manifestada pela vida, e o comportamento”. (Comissão C.E.I. “Justiça e Paz”, Nota pastoral de 25 de março de 1990, nº 32)

Trata-se de uma caminhada lenta, difícil e progressiva: (ib. nº 33)

Os lugares nos quais, nós como vicentinos, podemos comprometer-nos a viver nosso carisma ao serviço dos imigrantes nesta perspectiva de construção de um mundo mais solidário, são variados e numerosos.

A Escola

É o lugar ideal para preparar os jovens a viver em uma sociedade multicultural que está surgindo hoje, educando-os à solidariedade. Não tendo uma longa história pessoal nem funções sociais particulares, são mais disponíveis que os adultos para o encontro com seus contemporâneos, independentemente de sua raça, sobretudo se os educadores sabem acolhê-los com uma igual atenção e favorecer um clima de fraternidade. (ib. nº 37).

Os meios de comunicação social

Novas formas de vida estão espalhando-se por meio dos meios de comunicação. Hoje nós não podemos considerar estes meios, em particular a internet, como sendo reservados a alguns: eles unem pessoas e povos em todos os lugares e criam uma cultura e uma nova mentalidade.

Por ocasião da inauguração do site da família vicentina, o Padre Maloney incentivou-nos a utilizar este meio de comunicação a serviço da missão.

Certamente um homem como São Vicente não teria renunciado ao uso deste instrumento para seus fins apostólicos.

Os serviços de acolhimento e de caridade

É o domínio onde nosso carisma toma uma forma mais tradicional. Através destes serviços, nós construímos com outros um mundo mais fraterno. Todos os serviços são também lugares privilegiados para a educação à justiça e à solidariedade.

II – CARISMA VICENTINO E IMIGRAÇÃO NA EXPERIÊNCIA DE ALGUMAS FILHAS DA CARIDADE

A partir da análise das respostas de algumas Filhas da Caridade a um questionário sobre o serviço dos migrantes, eu tirei os seguintes resultados:

1. As Irmãs, engajadas neste campo ou a nível institucional, estão todas conscientes de que hoje o fenômeno migratório interpela diretamente seu carisma.

2. Um tal carisma torna-se pois, uma realidade surpreendente ao olhar de uma das maiores formas de pobreza de nosso tempo, essa que é justamente produzida pelo fenômeno pesado das migrações a nível mundial ainda agravado ultimamente pelo processo de globalização onde todos os países, ricos e pobres, estão implicados.

3. Os valores do carisma colocados em destaque pela realidade do processo migratório não são somente esses de responder as necessidades primárias dos migrantes imediatamente mas antes de ter consciência de agir pela defesa de seus direitos e de seus deveres a fim de torná-los participantes de sua própria promoção humana.

4. As motivações que impulsionam uma Filha da Caridade a engajar-se a serviço dos migrantes são múltiplas: elas são relativas à sua fé em Cristo, a seu enraizamento na caminhada da Igreja universal e local e, é claro, à sua vocação de servir corporal e espiritualmente os pobres. (cf. C. 8; C. 28)

5. As ações mais em conformidade com as necessidades dos migrantes são intervenções do tipo imediato (resposta às necessidades de comida ou de roupas). Porém, eles se inserem numa visão mais ampla que é de tornar as pessoas autônomas e ajudá-las a se inserirem no país que os acolhe.

6. As competências exigidas hoje das Irmãs para este tipo de serviço são necessárias. É preciso uma real preparação com uma formação psicológica, sociológica, jurídica e ética (cf. Doutrina Social da Igreja).

7. A nível institucional, as Irmãs estão conscientes do compromisso que vão assumir face às novas formas de pobreza ligadas a este processo migratório. A dimensão internacional da Companhia é um privilégio para enfrentar esta questão mundial.

8. Os recursos das Irmãs são variados: econômicos, culturais, humanos. A Companhia pode favorecer partilhas entre as Irmãs vindas de países ou Províncias diferentes.

9. Um dos limites da Companhia é o de ultrapassar sua autonomia interna para colaborar mais com as ONGs, Associações Eclesiásticas e Civis.

10. O objetivo da evangelização das pessoas vindas de outras culturas e religiões é o mais delicado, o mais difícil e também o mais importante. O serviço dos pobres compreende a dimensão corporal e espiritual. Os migrantes pedem, sobretudo, uma ajuda material. Mas a Filha da Caridade leva também a preocupação do espiritual. Certamente a evangelização deve ser feita de uma maneira humilde, sobre a base de uma pastoral de diálogo e uma busca constante das “sementes do Verbo” já presentes. Além do respeito e atenção para com as tradições e as culturas dos migrantes, nós somos chamadas a evangelizar pela caridade, testemunhar o Evangelho do amor e da Paz, anunciar Jesus Cristo explicitamente lá onde é possível, sempre em favor da vida. (Cf. C. 24b).

A questão da evangelização também está no centro da recente Instrução Pontifícia *“Erga migrantes Caritas Christi”* (2004) na qual uma grande atenção é levada às Igrejas Orientais. *“Para responder de uma maneira mais adequada às exigências particulares destes fiéis imigrantes orientais, hoje sempre mais numerosos, é necessário colocar no mesmo plano a Igreja Latina e a Igreja Oriental. Não por uma questão de facilidade, sugerida pelo aumento constante dos migrantes de rito oriental, mas por questão de igual dignidade entre as duas Igrejas que reconhecem na única Igreja Católica, mesmo num contexto migratório, o direito de respirar com dois pulmões”*. (nº 55-56...)

A questão das relações com os muçulmanos é particularmente difícil. Nosso dever de cristãos a dialogar com os muçulmanos é reafirmado com força e continuidade pela Igreja. João Paulo II declarava: *“O dever que nos espera é de promover uma cultura de diálogo... estou convencido de que o interesse crescente pelo diálogo entre as religiões representa um dos sinais atuais de esperança desta última parte do século. É preciso, portanto continuar. Uma maior consideração recíproca e uma confiança crescente deve conduzir, em nome da família humana, uma ação comum ainda mais eficaz e mais coordenada”*.

Face à realidade do Islã na Europa, a Igreja não tem outras possibilidades que a de um diálogo sincero, e deve trabalhar para instaurá-lo e fazê-lo progredir de todos os modos, sem ingenuidade e nem preconceitos.

Conclusão

“As migrações fazem parte integrante da vida da Igreja, expressam bem a sua universalidade, favorecem a comunhão e influenciam o seu crescimento. Portanto, as migrações oferecem à Igreja a ocasião histórica de uma verificação das suas conhecidas características”. (cf. Instrução pontifícia *Erga migrantes caritas Christi* de 1º de maio de 2004, nº 97).

Nossa vida de caridade torna-se o testemunho do dom de nós mesmos para viver o acolhimento, o diálogo, a solidariedade, a promoção humana, a comunhão. Todos estes valores cristãos e vicentinos parecem colocados à prova das migrações. Trata-se de levar em conta:

- as situações difíceis do tipo negativo: os desequilíbrios internacionais, as causas de imigração, o destino dramático de muitos refugiados e requerentes de asilo, o problema das mulheres e dos menores sujeitos a tráfico ignóbeis, as diferentes formas de intolerância, de xenofobia e de racismo, a grande massa dos clandestinos, o trabalho escravo, as políticas a tendências restritivas...

- **as situações de tipo positivo:** o desenvolvimento de uma cultura de acolhimento, o compromisso do voluntariado, a educação para o universal...

- **as situações de tipo ambivalente:** a saída da globalização dependerá da maneira como trataremos este fenômeno... Ela será um motivo de progresso, de divisão ou de conflito.

De qualquer maneira, somos chamados a engajar-nos e a sermos os artesãos da história, a fim de que ela se torne uma história de Salvação, guiada pelo Espírito de Deus apesar de suas contradições. Otimismo e senso de responsabilidade devem nos acompanhar, nestes momentos de experiência humana particular representada por estas migrações massivas. O homem está continuamente a caminho, ele está com outros e entre outros. Estamos todos a caminho: nossa pátria celestial está em outro lugar e cada um de nós está em mutação permanente em sua própria pessoa.

No decorrer desta caminhada temos modelos aos quais podemos nos referir. Somos portadores de uma esperança e de um testemunho que é o nosso próprio Carisma e o nosso serviço pela Igreja e pelo mundo. Cremos na paternidade de Deus para com cada homem, acreditamos também na presença e na ação do Espírito na história; enfim, reconhecemos em cada pobre a imagem de Jesus Cristo (cf. Mt. 25. 31-46), vemos em cada um o próximo a amar, especialmente se ele está ferido. (cf. Lc. 10. 29-37)

Padre Giuseppe TURATI, c.m

Testemunho “Desafios atuais”

Província da Albânia, New York

“O Amor implica a justiça”

(S. Vicente de Paulo)

Quando terminei de escrever as minhas reflexões, que gostaria de partilhar com vocês hoje, percebi que eu não tinha nenhuma idéia para o título. Finalmente encontrei o que procurava nas próprias palavras de Vicente de Paulo citadas nas Constituição C.24e “o amor supõe a justiça”. Este mesmo parágrafo continua dizendo que nós “defendemos a causa dos desfavorecidos que não têm a possibilidade de se fazerem ouvir e nos fazemos porta-vozes dos seus apelos e das suas legítimas aspirações”. Não é uma descrição exata do serviço que partilhamos?

É um privilégio para mim, poder partilhar com vocês o meu serviço junto de refugiados, migrantes e de requerentes de asilo político. Embora eu seja advogada, asseguro-lhes que é uma partilha da minha vida de serviço durante 20 anos e não uma exposição jurídica.

Comecei a servir os pobres como professora. Em seguida, fiz mais ou menos dez anos de serviço pastoral na Venezuela. Quando voltei aos Estados Unidos, uma das minhas amigas me falou dos problemas dos refugiados e de suas necessidades.

A serviço dos Refugiados

Em 1984, engajei-me num serviço de integração dos refugiados num organismo Diocesano em New Jersey. A Convenção de Genebra 1951 definiu os refugiados como “toda

pessoa vivendo fora do seu País que não querem ou não podem voltar por medo de ser objeto de perseguições por discriminação de raça, religião, nacionalidade, pertença a um grupo social específico ou a opinião política”.

Antes da entrada legal dos refugiados nos Estados Unidos, concedem-lhes um Estatuto que lhes dá direito a receberem ajuda do Governo. E eu sou encarregada de procurar o alojamento, o mobiliário e roupas. Logo que chegam, ajudo-os a enviar seus filhos à escola, incentivo os adultos a se inscreverem nos cursos de Inglês e a procurar um emprego, supervisionar os tratamentos médicos e dar-lhes conselho para se adaptarem a um novo modo de vida e a uma cultura estrangeira. Estar em contacto com culturas diferentes foi uma experiência de provações, mas maravilhosa. Num mesmo dia, um Vietnamita se inclina diante de mim, um Polaco beija a minha mão e um Mexicano me abraça. Às vezes me questiono: “em que país eu estou?”

Estava a serviço das pessoas vindas do Afeganistão, Irã e da Polônia, mas a maioria dos refugiados era Vietnamita. Algumas de vocês lembram sem dúvida do “boat people – povos do barco” que fugiam de seu País após a queda de Saigon. Muitos pereceram no mar devido as embarcações impróprias. Irmã Michelle Nguyen da minha Província foi uma destes “boat people”. Hoje, ela está a serviço de um grupo de diversos refugiados em Utica, uma pequena cidade do Estado de Nova Iorque que abriu suas portas e seu coração aos refugiados, uma situação particularmente extraordinária em nosso País. Recentemente, publicou-se um artigo sobre esta cidade numa revista do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados.

Lembro-me muito bem de um fato desta época: trata-se de um homem que foi capitão de um Barco no Sul do Vietnã, no dia da queda de Saigon em 1975. Havia 3.500 Vietnamitas à bordo. Quando um oficial dos Estados Unidos tinha ordenado levantar a âncora para Guam, ele respondeu: “não antes que a minha mulher e meus filhos cheguem”. O oficial colocou seu revólver na cabeça do homem e este foi forçado a partir sem a sua família. Em seguida, tendo obtido o estatuto de refugiado, nos Estados Unidos ele fez o pedido para trazer a sua família. O processo estava se prolongando tanto que um dia me diz: “você quer que a minha mulher venha me ver no cemitério?” No dia em que, enfim a sua família chegou à Nova Iorque, e que ele os viu passar na alfândega, submergido pela emoção, ele soltou um grande grito e começou a bater convulsivamente contra a vidraça que nos separava da alfândega.

A legalização

De acordo com a Lei de 1986 sobre a Reforma e o Controle da imigração, muitas pessoas sem documentos, que viveram nos Estados Unidos depois de anos puderam se tornar residentes legais e obter a residência legal conforme o "programa de Amnesty". São pessoas que tinham trabalhado nos Estados Unidos, comprado casas, pago os impostos, e criado seus filhos, viviam no medo permanente de serem expulsos e de perder assim. No mesmo dia em que apresentavam seus pedidos à imigração, eles obtinham a carteira que lhes dava legalmente o direito ao trabalho e assim, a vida deles tornava-se totalmente mudada. É realmente apaixonante fazer parte de um programa tão maravilhoso!

Quando comecei a trabalhar em New Jersey, meu diretor disse-me para não me ocupar dos sem documentos. Isto me parecia difícil porque via suas grandes necessidades.

O Amnesty mudou esta situação: a Conferência Nacional dos Bispos tinha aconselhado com vivacidade todas as Dioceses a prestar uma ajuda urgente no pedido de

legalização dos sem documentos. A partir deste momento, os Bispos não cessaram de defender a causa dos sem documentos. Sob a sua direção, uma vintena de organizações nacionais organizou recentemente uma campanha para a reforma da imigração.

Embora os Estados Unidos sejam um País de imigrantes por excelência, atualmente existe um clima anti-imigrante que se acrescenta à lei da restrição da imigração. O ataque de 11 de setembro de 2001 é uma das razões.

Meu serviço na Diocese e minha entrada na Faculdade de Direito

Em 1988, fui transferida para Brooklyn, um dos cinco distritos da cidade de Nova Iorque onde gerações de imigrantes entraram nos Estados Unidos. Ainda hoje este distrito continua sendo a “casa” dos recém chegados de todos os quatro cantos do glôbo. Eu trabalhava como auxiliar jurídica no escritório de migração da Diocese de Brooklyn e fui escolhida para representar os clientes junto ao escritório do Serviço da Imigração. Um dia, um Lazarista que eu conheço bem me falou da escola de Direito. No início, eu pensava que era uma idéia absurda, mas comecei a refletir, a rezar e finalmente pedi permissão para fazer estes estudos. Eu esperava a recusa do meu pedido e fiquei muito surpresa de ter sido aceita. Os Lazaristas me deram uma bolsa para os meus estudos na Universidade de S. John. Eu tinha 53 anos na época. Trabalhava o dia e ia a escola à noite e isto, durante quatro anos.

Recordo-me destas palavras do meu professor favorito em meu primeiro ano de Direito, ele nos dizia: "*fazer Direito, não é para ganhar dinheiro, mas é para procurar a justiça*". Meu diploma de Direito me dá o privilégio de buscar a justiça para os Pobres. Nos Estados Unidos para um grande número de marginais os pedidos judiciais não são satisfeitos porque eles não têm meios para pagar advogados privados. Sei que represento apenas um número limitado de clientes, mas nem por todo o ouro do mundo eu faria outra coisa.

A prática da imigração em geral

No meu trabalho, sou conduzida a tratar diferentes tipos de casos de imigração. Certos estrangeiros vêm aos Estados Unidos a título temporário como não imigrantes, outros a título permanente como imigrantes. Tratei de muitos casos de religiosos não imigrantes: muitas de nossas Irmãs mudaram de Províncias e são muitos os Padres e as Irmãs que vêm exercer o seu ministério nos Estados Unidos.

Quando as guerras ou as catástrofes naturais tornaram impossível o regresso destes cidadãos a seu país, o nosso governo os autoriza a permanecer nos Estados Unidos sob o estatuto de “Protegido Temporário”. Representei vários destes clientes.

Nossas leis sobre a imigração são extremamente complexas, mas um dos princípios básicos é a reunificação das famílias: por exemplo. Pais que fazem o pedido para seus filhos, as mulheres para seus Maridos, filhos adultos para os pais idosos: existe também visto de imigrante para certos trabalhadores estrangeiros. Muitos casos de religiosos não imigrantes de início são transformados em requerentes de título de imigrantes. Mesmo que casos deste tipo sejam menos trágicos que os dos requerentes de asilo político, no entanto eles são muito importantes e constituem a maior parte do meu trabalho. Para todos os casos, é necessário entrevistar os clientes, para determinar os seus direitos, completar vários formulários e ajudar os clientes a reunir as provas exigidas. Muitos clientes devem ser também acompanhados quando têm uma entrevista no serviço da Imigração.

Os requerentes de asilo político

Dentre todas as situações, os casos que mais me comovem são os dos requerentes de asilo político.

Muito são portadores de um visto provisório e tem a sua entrada legal no País, outros estão numa situação ilegal e pedem o asilo político após a sua chegada. As condições requeridas para o asilo político são as mesmas que para o estatuto de refugiado, mas o estatuto de asilo político é concedido depois que o requerente chega aos Estados Unidos enquanto o estatuto de refugiado é concedido antes que a pessoa entre no País.

Os poucos exemplos que eu vou partilhar com vocês são particularmente trágicos. Eu conto-lhes tais como eu os vivi. Os casos mais tristes são os da Libéria.

Uma mulher me contava que o seu marido e ela tinham trabalhado na época do Governo Samuel Doe e o seu marido tinha sido professor na universidade nacional. Uma noite, bombas de fogo foram jogadas no quarto onde seus filhos dormiam. Seu marido escondeu rapidamente todos os documentos exceto a Carteira de Identidade da Universidade. Um grupo de soldados entrou na casa disposto a matar toda a família quando um oficial superior chegou e os impediu de fazer dizendo a eles: "Este homem se encarregará da educação das nossas crianças". A mulher contava como fizeram um longo percurso andando sobre cadáveres e como tinham tentado proteger seu bebê com seus braços, para evita ver estas atrocidades.

Outra mulher Liberiana, também requerente de asilo, conta que foi detida em uma prisão com um grupo de mulheres. Todas as noites eram violentadas pelos guardas. Dizia que quando os guardas as deixavam sozinhas, as mulheres se davam às mãos e rezavam o salmo 23 várias vezes. Era a sua bóia de salvamento. Eu olhava esta bonita mulher diante de mim e me fazia esta pergunta: "Como é possível que um ser humano possa sobreviver a tais atrocidades?" A mulher acrescentava: "O meu pai dizia sempre que eu era a mais fraca da minha família". Quando o seu marido soube que ela tinha sido violentada, não queria mais ficar com ela. Quando eu acompanhava a sua entrevista de requerente de asilo, pedia uma oficial mulher pensando que nesta situação, uma mulher teria mais compreensão que um homem. Eu me dei conta de que havia cometido um erro. Eis uma parte de seu interrogatório:

- *Quantas vezes você foi violentada*
- *Não me recordo*
- *Em sua declaração, você escreveu que foi violentada nos postos de controle quando atravessava a mata. Em quantos postos de controle você foi violentada?*
- *Cerca de dez*
- *Bom, você foi violada nos postos de controle três, sete e nove?*
- *Não me recordo.*

Escutando este interrogatório, questionava-me se este não era justamente uma outra forma de violação. A única vez que esta mulher oficial mostrou um sinal de emoção foi no momento em que a mulher declarava que uma vez, as mulheres foram violentadas por um garoto de 12 anos.

Um terceiro caso é o de uma jovem mulher Liberiana que tinha sido criada pelo seu tio e a sua tia que não tinham filhos. O seu tio tinha ocupado uma função importante no Governo Doe, foi decapitado pelas forças de ordem de Charles Taylor deixando seu cadáver na rua,

sem permitir à família enterrar seu corpo. Como advogada tinha preparado a minha cliente para um longo testemunho. No tribunal, tinha começado a fazer algumas perguntas, quando a jovem mulher começou a soluçar. O juiz me parou e disse: “Se continuarmos, vamos remoer uma porção de más lembranças. Vamos fazer dez minutos de pausa, em seguida continuaremos”. Quando retornávamos ao tribunal, o juiz declarava que tinha a intenção de aceitar o pedido e autorizou-me interrogar a minha cliente. Coisa surpreendente, o que não era costume, ele foi delicado com ela! O juiz aceitou o caso e eu estava tão comovida de ver um juiz da Imigração, exercer a justiça com tanta compaixão, que o meu único pensamento era: “Salomão está sentado no lugar do juiz”. Foi realmente uma boa experiência religiosa, espiritual para mim que percebia o que se assemelhava a justiça de Deus.

Um dia, por ocasião dos funerais de uma das nossas Irmãs Idosas, a leitura do Evangelho era sobre as Bem-aventuranças e quando escutava as palavras: “Felizes os perseguidos”, eu percebia com admiração que nunca, no passado, eu havia relacionado esta bem-aventurança com os meus clientes, requerentes de asilo.

Lembro-me que li uma citação muito impressionante há algum tempo: "O mundo está cheio de sofrimento, mas está também cheio de triunfo do sofrimento". Sou uma testemunha da veracidade desta declaração quando ouço os clientes contarem suas tristes histórias. É difícil de se abrirem e quando eles o fazem, sempre mostram poucas emoções. Parece que o único meio que lhes faz sobreviver é apagar a lembrança do horrível tratamento do qual foram objetos. Fico maravilhada de ver que não perderam a esperança. Às vezes, quando ouvia estas histórias, sentia presença palpável de Deus. É evidente que a graça sustenta estas pessoas. É um verdadeiro privilégio poder acompanhá-los na luta pela justiça e assim feliz de ser testemunha do enorme alívio de um requerente de asilo quando o seu caso é aceito.

Outro caso que me parecia destinado ao fracasso foi o de uma família Colombiana composta de cinco adultos e duas crianças. A família saía para a montanha. Estavam almoçando num restaurante quando um grupo de “guerrilheiros” apareceu e pedia dinheiro. Eles recusaram e deixaram imediatamente o restaurante. Alguns dias mais tarde, recebiam uma chamada telefônica pedindo o pagamento do dinheiro. Diziam que se eles não pagassem, haveria efusão de sangue. Obtiveram os vistos para a Espanha, mas chegando à Flórida, pediram asilo político. As mulheres e crianças foram conduzidas para um hotel e os homens foram retidos. Quando foram soltos, foram para Nova Iorque e bateram em minha porta. Eu disse-lhes que faria o possível, mas que o caso deles era pouco convincente. A mãe foi ao Ministério da Justiça para pedir uma proteção da polícia, mas sem sucessos. Isto demonstrava que a família não podia contar com o seu governo para protegê-los, foi por isso que tiveram que deixar a Colômbia.

Cada vez que eu os preparava para aceitarem a recusa do processo, a mãe dizia: *“Tenho grande fé em Nossa Senhora da Medalha Milagrosa e ela nos ajudará”*. Sua fé era maior que a minha. Quando eu os interrogava no tribunal, ela estava tão fraca que os seus joelhos tremiam. A responsável pelo Serviço de Imigração era impiedosa, o juiz ao contrário, era clemente e, depois de ter declarado que o caso seria aceito, acrescentou: *“nunca tive uma pessoa mais aterrorizada em minha sala de audiência e faria tudo o que estivesse ao meu alcance para protegê-la”*. Depois de ter deixado a sala de audiência, a minha cliente disse: *“Eu sabia que a Milagrosa nos ajudaria”*.

Exercício de direito num ambiente paroquial

Quando eu trabalhava nos escritórios diocesanos, eu não representava os mais pobres dos Pobres e por muito tempo, sonhava abrir um serviço num lugar marginalizado. Em janeiro

de 1999 este sonho foi realizado. Com o apoio da minha Província, abri um escritório na Paróquia S. John em Brooklyn onde Lazaristas e Filhas da Caridade trabalham juntos no serviço dos pobres. Temos uma Comunidade Eclesial bilíngüe com liturgias bem vivas; os leigos se comprometem ativamente no trabalho; há uma Escola Paroquial, um programa de educação religiosa, aula para adultos, uma sopa popular, e uma loja onde se vendem, artigos de ocasião em benefício dos organismos caritativos.

Gosto do fato do meu escritório estar situado num ambiente Paroquial. Vejo muitos de meus clientes na missa, nas atividades Paroquiais, assim o contacto é mantido mesmo que o trabalho jurídico tenha terminado. Não exerço a minha profissão jurídica, mas me comprometi num apostolado jurídico. O meu escritório não está situado num gabinete jurídico, mas num Centro Paroquial. Um jovem tinha sérios aborrecimentos com o Serviço da Imigração fornecendo falsas informações sobre um formulário de pedido. Quando eu insistia que ele devia me dizer verdade, ele me respondeu: “Eu vou te dizer a verdade porque eu sei que aqui é a casa de Deus”.

Assim o meu sonho de colocar minha placa profissional num bairro marginalizado se realiza. O trabalho é um desafio, tem um sentido, e se aprende muito. Contudo, há frustrações. Muitas pessoas têm necessidade de ajuda e, humanamente falando, é impossível ajudar a todos. E a coisa mais difícil para mim é dizer às pessoas sem documentos que não há nenhum recurso para eles na lei atual. Posso passar uma hora tentando explicar com doçura a um cliente que eu gostaria de ajudá-lo, mas que eu não posso. Então ele me olha e pergunta: “*E então, o que é que vai fazer por mim?*” As pessoas da América Latina têm uma maravilhosa expressão: “*A esperança é a última coisa que se perde*”.

São Vicente dizia às nossas primeiras Irmãs que se iam dez vezes ao dia visitar os pobres, dez vezes, elas encontravam Deus. No meu caso, os pobres vêm ao meu escritório que, depois de mais de seis anos, se tornou para mim um lugar consagrado. É neste contato direto com os pobres que eu encontro Deus. Estou convicta de que é lá que Deus me fala através daqueles que sirvo. Eles são exemplos de coragem, de fé, e de esperança. Trago as necessidades dos meus clientes para a minha oração e encontro apoio na oração da minha comunidade. É meu serviço há mais de vinte anos e agradeço ao Senhor de poder viver um serviço que amo tanto.

Ir. Georgia BREZLER
Filha da Caridade

Atualidade das PROVÍNCIAS

Nomeações

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE: Irmã Terezinha Madureira GONCALVES foi nomeada Visitadora em substituição de Irmã Felismina SAMBU, em 26 de janeiro de 2005.

PROVÍNCIA DE EVANSVILLE: Irmã Honora REMES foi nomeada Visitadora em substituição de Irmã Catherine MADIGAN, em 23 de Fevereiro de 2005.

PROVÍNCIA DA AUSTRÁLIA: Irmã Pauline FLYNN foi nomeada Visitadora em substituição de Irmã Céline QUADROS, em 6 de abril de 2005.

PROVÍNCIA DE LOS ALTOS HILLS: Irmã Margaret KEAVENEY foi renomeada Visitadora por três anos, em 13 de abril de 2005.

PROVÍNCIA DO CONGO CONGO: Irmã Suzanne ILOKO LOALI foi renomeada Visitadora por três anos, em 4 maio de 2005.

PROVÍNCIA DA ESLOVÊNIA: Irmã Barbara SELIH foi renomeada Visitadora por três anos, em 28 de setembro de 2005.

PROVÍNCIA DE CHELMNO: Irmã Hanna CYBULA foi nomeada Visitadora em substituição de Irmã Krystyna JAROSZEWSKA, em 12 de Outubro de 2005.

PROVÍNCIA DE RECIFE: Irmã Sílvia Maria de OLIVEIRA MOTA foi nomeada Visitadora em substituição de Irmã Maria José DANTAS COUTINHO, em 21 de Dezembro de 2005.

* * * * *

PROVÍNCIA DO CONGO CONGO: o Padre Stanislaw DESZCZ foi renomeado Diretor das Filhas da Caridade por três anos, em 1º de outubro de 2005.

PROVÍNCIA DA FRANÇA SUL: o Padre Bernard MASSARINI foi nomeado Diretor das Filhas da Caridade, em 9 de dezembro de 2005.

Visita dos Superiores

Mère Évelyne Franc

Visita da Província da Irlanda
25-28 de novembro de 2005

No dia 25 de novembro de 2005, Mère Évelyne Franc, Superiora geral, veio celebrar com nossa Província o 150º aniversário da presença das Filhas da Caridade na Irlanda.

Para sua chegada, o aeroporto de Dublin tinha se revestido de uma cenário hibernal magnífica: uma fina camada de neve. Apesar de um vento glacial, Irmã Évelyne foi acolhida por um caloroso *Céad mille failte*, isto é, 100.000 boas vindas irlandesas!

Acompanhada por Irmã Catherine Pendergast, Visitadora, e alguns membros do Conselho provincial, Notre Mère chega a Drogheda para refazer as etapas da viagem que fizeram as quatro primeiras Irmãs em 1855. No caminho, fizeram uma parada em Mosney, centro de alojamento que aguardam asilo. 500 famílias, originárias da Nigéria e algumas outras dos países da Europa de Leste, encontram-se lá, esperando a regularização de sua situação. As Filhas da Caridade asseguram o acolhimento das crianças que ainda não têm idade de serem escolarizadas.

Em seguida, Irmã Évelyne fez uma peregrinação à Igreja São Pedro de Drogheda onde, em 1855, as primeiras Irmãs foram acolhidas pelo Arcebispo e os habitantes de Armagh. Hoje, é o Monsenhor Sean Brady, atual Arcebispo, que acolhe Notre Mère. Durante a visita do Centro de Saúde, Irmã Evelyne descobre uma placa comemorativa dos 150 anos de serviço junto aos habitantes de Drogheda. À noite, ela se encontra com as Irmãs da Casa Provincial.

No dia seguinte, em Dunardagh, o salão erigido para este fim acolhe as 350 Irmãs, amigos, colaboradores vindos dos quatro cantos da Irlanda. Algumas Irmãs são da Inglaterra, Nigéria, Eritreia, Congo e Austrália. Como seu antecessor havia feito em 1855, o Arcebispo de Dublin preside a Missa de Ação de Graças; em sua homilia, destaca que a inspiração criativa de São Vicente manteve o frescor das origens e permanece um desafio para hoje. Em seguida, cada participante recebe o pequeno livro de “Santa Luísa e São Vicente” de Dom Mullan, contendo numerosas citações de nossos fundadores. Enda Cronnolly apresenta o novo site web do serviço das vocações e Irmã Jacinta Prunty, Irmã da Santa Fé, professora de história da Universidade Nacional da Irlanda, relata a chegada das primeiras Irmãs. Depois, em sua intervenção, Irmã Evelyne insiste na defesa dos direitos humanos como exigência do Evangelho.

Neste dia em que celebramos o 175º aniversário das aparições da rua du Bac, Notre Mère oferece uma Medalha Milagrosa a cada participante como um apelo a colocar seus passos nas pegadas de Maria, a humilde Serva do Senhor. No final do dia, Irmã Evelyne vai a Richard House onde ela se encontra as Irmãs idosas.

No domingo, visita estabelecimentos de Henrietta Street, de Mount Prospect, de Saint Francis. Lá, Notre Mère dirige-se às Irmãs e insiste sobre a pertença à Companhia em vínculo com o Evangelho e as Constituições revisadas. Ela nos lembra que nossas Constituições são sempre nossa referência. Depois, partilha notícias de toda a Companhia. A tarde foi animada com manifestações culturais, entre outras aquela em que estudantes da Faculdade Caritas nos fazem reviver a chegada das Irmãs na Irlanda, a 150 anos.

Segunda-feira, dia 28 de novembro, visita à casa Santa Teresa que está a serviço dos doentes de Alzheimer, depois as duas escolas São Vicente, a Creche Santa Luísa, o Centro alimentar Santa Ágata. Lá, Irmã Evelyne une-se as numerosas pessoas atendidas habitualmente para a refeição do meio-dia e come com eles. A seguir, visita o banco alimentar de Dublin, depois os alojamentos da “Parceria Vicentina” (Sociedade São Vicente de Paulo, Filhas da Caridade e Padres da Missão,) que oferecem um alojamento de transição aos sem-teto, e finalmente, o Centro Vicentino para os refugiados em Saint Peter’s Phibsboro, outro serviço realizado em colaboração com a Família Vicentina.

Finalmente, o Padre Eamon Flanagan, cm, Diretor Provincial, apresenta à Irmã Evelyne um certo número de ícones da Igreja de Saint Peter’s. Com uma breve oração, eles rendem graças ao Senhor por tudo o que é vivido na Província e a confia a Nossa Senhora da Medalha Milagrosa.

Antes de sua partida para o aeroporto de Dublin, agradecemos Irmã Evelyne de ter partilhado conosco seu precioso tempo. Continuemos a lembrar-nos uns dos outros “ao pé do altar”.

Irmãs Aine o’BRIEN e Eibhlis NICUAITHUAS
Filhas da Caridade

Testemunho das Irmãs

Província de Curitiba – Brasil

2005 - Ano da juventude vicentina

Partilhar o carisma vicentino com todas as gerações:
oração, formação e serviço dos pobres”

O desafio lançado pelos responsáveis dos diversos ramos da família vicentina, durante o seu 10º encontro anual, era ir ao encontro dos jovens para partilhar com eles o carisma de São Vicente.

O Brasil é um país considerado jovem visto que a população de 15 a 24 anos que reside no território brasileiro conta 34 milhões de jovens, isto é, 20% do total da *população* (*Censo 2000 - IBGE*). Porém, somente 4% destes jovens participam de algum movimento cristão.

Diante desta realidade, os membros da família vicentina do sul do Brasil (Filhas da Caridade da Província de Curitiba, Lazaristas da Província Sul, Sociedade de São Vicente de Paulo, AIC, JMV,) lançaram o desafio propondo alguns encontros para toda a juventude vicentina. Durante o ano de 2005 foram organizadas 5 Jornadas Regionais reunindo mais de 2.100 participantes. Estes jovens, pertencendo às paróquias animadas pelos Padres da Missão, participam das obras vicentinas.

No dia 27 de novembro, festa da Medalha Milagrosa, foi o encerramento do ano da Juventude Vicentina onde se reuniram, num clima de alegria, todos os participantes das 5 Jornadas Regionais. A celebração da Eucaristia foi um momento importante assim como tempo forte de evangelização e partilha do carisma vicentino através de várias representações: vida de São Vicente, cenas da vida dos jovens de hoje, coreografia, cantos, grupos musicais. Neste Encontro estavam presentes o Visitador Pe. Euzébio Spista, cm e a Visitadora Irmã Paula Pereira Alves que nos transmitiram a mensagem do Padre Gregory Gay, Superior geral.

A participação e o entusiasmo destes jovens eram notáveis. Sentimos o dinamismo destes grupos de jovens. Suas respostas a estas proposições nos encorajam a progredir neste campo.

Trabalhar com os jovens, hoje, é um grande desafio. Eles têm sua maneira própria de pensar, de agir... eles querem ser respeitados e amados como eles são. Somos chamadas a nos unir a eles e a ajudá-los a caminhar a seu modo no caminho de Cristo.

Irmã Bernardete VALENGA
Correspondente dos ecos

Testemunho das Irmãs

Província da Tailândia

30º aniversário do Centro de Saúde para os descendentes de Leprosos em Khon Kaen

Por ocasião do 30º aniversário da existência do Centro de Nomxomboon ao serviço dos leprosos, aconteceu um grande encontro de todos os antigos doentes e seus filhos que beneficiaram dos cuidados diários, de nutrição, de educação oferecida no Centro. Durante os anos, o Centro ampliou seus serviços aos filhos dos leprosos a fim de que eles pudessem seguir um percurso escolar e mesmo universitário. Esta jornada do dia 31 de dezembro de 2005, preparada pelas Irmãs, os professores, o pessoal e alguns doentes, foi uma grande festa de alegria e gratidão. Os antigos doentes, seus filhos e netos ficaram contentes de se reunir com seus amigos, seus colegas de classe, seus antigos professores e funcionários, com as Irmãs e de conhecer todos aqueles que estão atualmente no centro de saúde e os que lá trabalham.

Várias atividades culturais, danças, músicas tradicionais foram interpretadas pelos próprios participantes. Um sinal de reconhecimento foi dado às Irmãs e às pessoas que os tinham acompanhado e apoiado desde o início desta missão. Em seguida, alguns testemunhos elogiaram os 30 anos de amor, dedicação e zelo das Irmãs para devolver a dignidade aos filhos dos leprosos: *“Obrigado a vocês, nossas Irmãs, por nos terem dado o apoio material, educativo e espiritual que tínhamos necessidade. Além dos cuidados e da comida, vocês nos permitiram seguir um programa escolar normal e mesmo alcançar um nível acadêmico ou seguir estudos profissionais. Graças a vocês, nós pudemos adquirir alguns diplomas e pudemos alcançar um futuro bonito. Somos-lhes muito gratos por nos terem ajudado a tornar-nos o que nós somos. Sem vocês não poderíamos ter chegado ao sucesso”*.

As Irmãs responderam simplesmente: *“Nós estamos contentes com vocês. Vocês nos permitiram amar e ter a felicidade de servir. Obrigada a vocês”*.

Durante a Celebração Eucarística, todos agradeceram ao Senhor por este dia de alegria e de amor dado e recebido. As próprias Irmãs deram graças a Deus por esta felicidade de poder servi-Lo na pessoa dos leprosos há três décadas.

Testemunho das Irmãs

Província da França-Norte

Quando os jovens de um bairro difícil se dispõem a ajudar outros.

Por ocasião de um encontro em maio de 2004, Irmã Monika Dlubacz, polonesa, que atualmente trabalha no Secretariado geral, partilhou comigo a situação difícil de uma Casa de crianças de Cracóvia que estava precisando de ajuda (mão-de-obra) para pintar todo um andar do estabelecimento.

No meu retorno a Sarreguemines, falei disto ao grupo de jovens de um bairro difícil que eu acompanho normalmente. Imediatamente, eles me dizem: “Nós, não sabemos o que é ser pobre, é nossa vez de ir lá”.

Diante de seu ardor, avaliei o custo de um tal projeto e falei deste com minha comunidade que foi favorável. Falei individualmente com os pais dos jovens porque eles são todos menores de 18 anos. Vários jovens não puderam participar do projeto por motivos escolares ou de saúde. Depois de ter pedido a ajuda de dois homens competentes, Gérard e Hubert aceitaram acompanhar-me para conduzir os jovens nesta oficina de pintura. 7 Jovens partiram.

Precisamos adquirir a importância de 3.700€ para pagar viagem, comida, compra do material (pincéis, tintas,...). "*Considerando que é para crianças pobres, chegaremos lá!*" eles me repetiam constantemente. A determinação deles favorece contatos com colégios onde outros jovens concordam em conseguir dinheiro: rifas, vendas de bôlos, etc... Em fevereiro de 2005, faltavam 900€. Fomos falar com o Arcipreste que, entusiasmado por este projeto, propôs aos jovens virem fazer um anúncio na Missa do início da Quaresma. Escrever o texto foi simples, mas ir ler em um microfone diante de muitas pessoas não foi fácil! Finalmente Guilherme, o mais jovem, decidiu. Dinheiro e cheques chegaram a tal ponto que nós íamos poder partilhar uma parte destes com Irmã Bárbara Golab, a diretora da Casa das Crianças de Cracóvia. O jornal local pegou o projeto e publicou um artigo com a fotografia do grupo. Foi aí, que fizeram uma descoberta: “Mas é bom o que vamos fazer, as pessoas nos dizem!”. Acostumados a receber mais desprezo que elogios, eles foram finalmente reconhecidos.

No dia 4 de julho de 2005, partimos em 11, rumo à Cracóvia: os 7 jovem chefiados por Gérard e Hubert para o trabalho, Alphonsine e eu para a administração (cozinha, roupas...) e a preparação das vigílias e a oração. Além de nossas bolsas pessoais, tínhamos 37 grandes bagagens de material. Os jovens tiveram dificuldade para colocar toda a nossa grande bagagem devido a estreiteza dos compartimentos das cabines. Para mudar de trem, tivemos que fazer a cadeia de um dique a outro para tirar tudo depressa. Finalmente, na manhã do dia seguinte chegamos à Cracóvia. Irmã Bozena esperava-nos na estação e falou conosco “em francês!” Em seguida levou-nos à sua comunidade para tomar uma refeição de acolhimento antes de começar a trabalhar. Para poder visitar a cidade depois do meio-dia, os jovens tinham combinado trabalhar de 6h às 12h e uma hora no final do dia. A noite terminava por um tempo releitura e oração. Sustentar um esforço contínuo durante seis horas seguidas era para eles uma experiência difícil, mas interessante.

À tarde, Irmã Bozena nos guiou para descobrir o túmulo dos pais e dos irmãos de João Paulo II, a cidade real de Cracóvia, as minas de sal de Willeckska cujas nove galerias chegam a medir 35 metros, a Basílica da Misericórdia, abençoada por João Paulo II, finalmente em Auschwitz, o que marcou a todos.

Antes de nossa partida, Irmã Bárbara e sua comunidade organizaram uma festa onde cada um de nós recebeu o diploma de melhor pintor do ano! Os jovens lhes agradeceram por terem sido tão bem acolhidos e por terem podido visitar a cidade: “*Vocês sempre estarão em nosso coração*”.

Conclusão

Esta obra, desde sua preparação à sua execução, passando por um tempo de adaptação, provou que todo jovem é capaz de generosidade e compromisso. Por esta experiência, estes jovens de ambiente desprivilegiado voltaram a crescer. No retorno deles para Sarreguemines, eles foram falar com o Padre da Paróquia: “*Agora que sabemos pintar, o senhor aceita que pintemos o interior da Igreja de nosso bairro, pois ela precisa de pintura?*”. Depois de seu consentimento, eles foram, ajudados por um adulto, para tirar as medidas, calcular as

superfícies a serem pintadas, depois foram pedir os materiais em várias lojas de pintura. Esta nova obra foi realizada durante as férias do outono para a primeira parte e, durante as férias do Natal para a decoração. Tudo ficou pronto no dia 23 de dezembro. Todos participaram da Missa de meia-noite com seus pais muito orgulhosos de seus jovens. Agora, eles me perguntam: “*Qual será nossa próxima Obra?*”

Irmã Jacqueline BICHLER
Filha da Caridade

Palavra dos pobres

José, um aidético, me evangelizou!

José era um homem de aparência pobre, sujo e miserável que foi trazido a mim por sua mulher à casa São Vicente, como uma pessoa aidética. Depois de tê-lo deixado, prometendo-lhe voltar para fazer-lhe visita, ela desapareceu e não voltou mais. José estava gravemente doente, sua mente ficou perturbada e despiu-se. Eu telefonei à sua esposa. Ela veio mas ameaça-o de não voltar mais. José nos implorou para que não o mandássemos de volta ao seio de sua família onde ele se sentia perseguido. Eu disse-lhe: “*José, para nós, é o próprio Deus que te recebe e que sempre cuida de ti. O amor de Deus é maravilhoso e não é comparável a qualquer outro amor*”. Não sabendo rezar, ensinei-lhe a rezar o terço da misericórdia divina. Pouco tempo depois, eu o escutei rezar em alta voz em seu quarto e a implorar fortemente a misericórdia de Deus.

Progressivamente, José acalmou-se. Mais uma vez, ele me pediu que não o mandasse de volta para sua casa. Eu o tranqüilizei. Então, José começou a contar-me seus pecados, disse-lhe que fosse confessar-se. Mas ele protestou dizendo que gostaria de dizer primeiro a mim todos os seus pecados. Com a permissão do padre, eu escutei sua história de vida. Depois de tê-lo confortado, falei-lhe de Deus. Então, ele concordou de falar com o Padre. Depois de ter ouvido sua confissão, o padre me disse “eu nunca ouvi um coração tão arrependido!”

Em seguida, José começou a ficar mais doente. Quando ele me diz: “*É por causa de meus pecados, então, não cuide mais de mim*”, eu lhe respondi: “*é meu dever cuidar de você e eu vou estar aqui na hora de sua morte*”. Nós rezamos junto o ato de contrição. Depois, ele me disse que ele via uma Senhora de azul com duas crianças pequenas vestidas de branco. Eu disse-lhe: “Não te preocupe José, Maria reza contigo e te acompanha”, logo após, ele diz: “Jesus, Jesus” e morreu pacificamente. Eu nunca esquecerei este milagre da misericórdia de Deus.

Irmã Jaya Mary JOSEPH
Filha da Caridade

Santa Catarina,

a paixão por Deus e pelos pobres

II. UM APELO DE DEUS PROVADO E CONFIRMADO,

EM CHATILLON, PARIS, FAIN, CHÂTILLON.

CHÂTILLON-SUR-SEINE

Antoinette Gontard, uma prima da família Labouré, acolhe Catarina em seu famoso pensionato em Châtillon-sur-Seine, afim que ela pudesse aprender a ler e escrever. Aos 18 anos, eis Catarina pela primeira vez nos bancos dos alunos.

Pode, porventura, vir coisa boa de Nazaré? (Jo 1, 46)

O pensionato foi um teste para Catarina. Foi difícil aprender a ler aos 18 anos, quando nada a preparou para isso! Sem transição, ela passa de uma situação de responsabilidade a uma condição secundária. Ela que, desde os seis anos, teve o hábito de administrar tudo na fazenda como mestra, torna-se a aluna. Além disso, o ritmo dos estudos foi tão diferente do de um trabalho intenso da fazenda. E, sobretudo, ela se sente estrangeira entre estas donzelas que usavam fitas e riem desta camponesa. Querem ensinar-lhe as boas maneiras. A condescendência e o desprezo ferem sua simplicidade. E, tornar-se uma boa jovem da sociedade como as outras; não, Catarina não deseja isto. Apesar de seu desejo de aprender a ler e a escrever, este ambiente atrasa as capacidades de Catarina; ela tira pouco proveito de sua instrução.

“Rabi, onde moras? Vinde e vede, respondeu-lhes ele”. (Jo 1,38-39)

É no meio desta situação de humilhação em Châtillon-sur-Seine que São Vicente vai revelar-lhe seu nome e o desejo que Deus tem sobre ela. Em um sonho, ele tinha feito sinal para se aproximar; agora chegou o tempo para Catarina compreender o sentido de seu apelo: ele lhe indica claramente o caminho do serviço de Cristo nos pobres.

Catarina participa diariamente da Missa na paróquia próxima. Um dia, ela ousa confiar no vigário e falar com ele de seu sonho. O Padre conhece bem as Filhas da Caridade. Tocado pela descrição do velho homem feito por Catarina, ele lhe diz: *“Eu acredito, minha filha, que este padre é São Vicente”*.

Logo após, a prima de Catarina a conduz à casa das Irmãs de São Vicente de Paulo, rua de Juiverie. Catarina fica parada diante de um retrato pendurado na parede. Ela o reconhece. É o velho do sonho.

- *Quem é este?*

- *Mas, é nosso Pai, São Vicente de Paulo!* Responde a Irmã.

Para Catarina, é um raio de luz: o sonho misterioso era uma indicação de Deus. Agora, Deus vem inundá-la de uma nova luz: ela sabe aonde vai. Apesar de sua afeição por sua família, Catarina está pronta para cuidar dos trabalhos de Deus. Ela pede a autorização de seu pai que recusa.

Mas como se fará isso? (Lc 1, 34)

Como Maria na Anunciação, Catarina encontra-se numa situação complexa: aos 19 anos, carrega interiormente algo imenso que lhe dá ao mesmo tempo alegria e preocupação. Como responder ao apelo de Deus? Em sua solidão interior, ela relê os acontecimentos. Consciente de que ela não aprende nada e desperdiça seu tempo neste pensionato, muito apegada a seu pai, mais ou menos conscientemente sente-se culpada por tê-lo deixado, ansiosa com o trabalho da fazenda, Catarina decide voltar a Fain e esperar sua maior idade.

RETORNO A FAIN-LES-MOUTIERS

Jesus veio para Nazaré onde havia crescido (Lc 4,16)... e ele era para eles uma ocasião de queda (Mc 6, 3).

De volta a Fain, Catarina retoma o duro trabalho da casa paterna, imperturbável e silenciosa. O tempo de Deus se caracteriza por etapas e pela paciência. No dia de seus 21 anos, Catarina expressa a seu pai o que ela guardava no coração. Mas, a resposta deste é imediata e definitiva: ele já deu uma filha a Deus, não dará duas. Catarina é muito útil, ou até mesmo “necessária” para a ordem e o funcionamento da fazenda, ele aprecia a qualidade de seus serviços, ele é muito apegado a ela. O drama explode. O pai, bravo, decide que Catarina se case. Pedida várias vezes em casamento, ela recusa. Catarina é inabalável, cada vez mais enraizada em Deus. Seu pai não a libera. Na primavera do ano de 1828, seu filho Charles perde sua esposa. Ele tem um restaurante para os operários em Paris. Catarina irá ajudá-lo. No limiar de seus 22 anos, ele encontrará um cliente bem empreendedor para decidir o matrimônio. A capital desperta as moças e o pai pediu a Charles para que procurasse à sua irmã as distrações próprias para fazê-la mudar de idéias. Novo sofrimento para Catarina que se vê enviada por seu pai. É a ruptura de laços privilegiados que representavam um grande valor para ela.

EXÍLIO EM PARIS

Deixa teu país, tua parentela e a casa de teu pai para ir ao país que eu te indicarei (Gen.12,1).

Catarina chega a Paris. Pela segunda vez, a ruptura ao que lhe é familiar é muito dura. Só o dever e sua experiência a seguram perto do irmão viúvo. Na cozinha ou na sala, Catarina é impecável em seu serviço. O trabalho é cansativo, ela o enfrenta valentemente. Em poucos dias, a sala fica cheia. Os clientes apressados se mostram exigentes e às vezes empreendedores, Catarina sabe se dar respeito. Neste novo exílio, ela se entristece pra morrer, diz ela.

O ponto nevrálgico desta nova provação, para Catarina, é o desapego progressivo em relação à pessoa a quem ela era mais apegada: seu pai. *“Este sacrifício me custou caro... só Deus e Maria sabem”*, dirá Catarina mais tarde. Ela assume “esta morte psicológica ao pai” fortalecendo seus laços com Deus, em grande profundidade. Ela se volta à sua Mãe do Céu, implorando-a que a ajudasse a superar esta dificuldade. Maria ao pé da Cruz está perto de quem vive na escuridão. As notas de Catarina, escritas durante um retiro, revelarão mais tarde, esta convicção de fé.

“Jesus viu uma grande multidão, ele ficou tomado de compaixão por eles” (Mt 14,14)

Em meio a este exílio em Paris, Catarina percebe a dura realidade do mundo operário. O período de 1815 a 1871 foi a idade de ouro do capitalismo selvagem na França, ao mesmo tempo, que uma época de angústia: a vida operária era muito dura, o dinheiro era rei, a política social praticamente inexistente. Catarina sente a miséria dos trabalhadores explorados, das famílias sem dinheiro, das crianças empregadas na usina com a idade de sete anos. Mais do que nunca, Catarina quer se consagrar a Deus para servir-Lo em seus membros sofredores. Da mesma maneira que Maria foi sua companheira de caminhada, aos 9 anos, ela está também presente nesta nova fase difícil de sua existência. Sem conhecimento, este exílio

Parisiense é, para Catarina, uma preparação para compreender interiormente o sofrimento de Maria que comunga com os sofrimentos dos homens, quando no dia 18 de julho, ela lhe falará de “*tempos maus*”, dos acontecimentos dolorosos que atingem a vida do mundo. Maria também chamará a atenção de Catarina sobre o abandono das crianças e jovens que sofrem a injustiça e a indiferença.

SEGUNDO DIA EM CHÂTILLON-SUR-SEINE

O anjo diz a Zacarias: “Não tenhas medo, porque tua oração foi atendida” (Lc.1,13)

Um ano depois, Charles casa outra vez. Catarina aproveita disto para desprender-se. Escreve a sua Irmã Maria Luísa para confiar-lhe sua vocação. Esta a aconselha voltar para Châtillon-sur-Seine a fim de continuar sua instrução. E, no outono de 1829, ei-la de volta a Châtillon. A prima Gontard casou-se com seu irmão mais velho, Hubert. Os dois intercedem a favor de Catarina e de sua vocação junto ao pai que acaba cedendo. Depois de ter carregado o peso do chamado de Deus contrariado, não é difícil imaginar os sentimentos de Catarina e sua oração de ação de graças.

Minha alma exalta o Senhor... (Lc.1,46)

Com alegria no coração, Catarina conversa com a Irmã Servente da Comunidade de Châtillon-sur-Seine para pronunciar oficialmente o seu pedido para tornar-se Filha da Caridade. Mas esta parece reservada a respeito de Catarina, por causa de sua pouca instrução. Uma nova sombra se instala sobre a prontidão de Catarina. Deus não parecia estar apressado em acolhê-la. É necessário mais uma vez, esperar pacientemente. Mas Deus vai rapidamente agir por intermediário de uma das Irmãs da Comunidade, Irmã Vitória. Esta, admirada pela franqueza e a simplicidade de Catarina, aceita seus argumentos: “*Recebe-a... é uma boa menina do campo como São Vicente as ama*”.

O POSTULADO

Eu sou a serva do Senhor, que seja feito segundo a sua vontade (Lc 1,38)

Em janeiro de 1830, “o anúncio a Catarina” de sua entrada ao Postulado se expressa, sem dúvida alguma, com um pouco de prudência. Mas, certa de sua vocação, Catarina está disposta a ultrapassar qualquer incompreensão. Aprende a servir melhor os infelizes, mas servir com o suor de sua frente e a força de seus braços, e isto Catarina já sabia. Como sua medida de amar a Deus é de amá-lo sem medida, o limite de seu serviço será servir sem limite. Catarina descobre um pouco melhor o olhar do Senhor Vicente, ele que a tinha desafiado em sonho: “*Minha filha, é bom cuidar dos doentes... Deus tem seus desígnios sobre ti. Não esqueças!*” Catarina medita todos estes acontecimentos em seu coração. Encorajada pelos conselhos de sua Irmã mais velha Maria Luísa, orientada por Irmã Vitória, ela se dedica humildemente a seu dever diário, revelando uma profunda disponibilidade, um sim sem condição a fim de que o Senhor possa realizar nela todos os seus desejos.

Todos os domingos e quintas-feiras, mais ou menos a uma hora da tarde, ela se apressa para preparar a “marmitta dos pobres”: um imenso caldeirão de sopa no fogo cozinhando em grande vapor e o afluxo dos famintos. Munida, apenas de uma frigideira ou outro recipiente, eles levam a sopa para suas famílias e seus doentes. Mariatte, empregada da casa, admira o fervor de Catarina.

IDA PARA O SEMINÁRIO DAS FILHAS DA CARIDADE

Maria levantou-se e foi às pressas às montanhas, a uma cidade de Judá. Entrou em casa de Zacarias e saudou Isabel. (Lc 1,39-40)

Três meses depois, Catarina está pronta a partir para o seminário da rua do Bac, em Paris. À exemplo de Maria, ela parte depressa para ir à capital. Como não pensar na sua primeira viagem para Paris que foi um êxodo e uma travessia do deserto? Desta vez, os 3 dias de viagem pareciam mais como um caminho de luz para chegar à Terra Prometida. Catarina não se pertence mais, ela está voltada para alegria de se doar inteira e totalmente a Deus. Ela sabe que São Vicente a espera para lhe ensinar seu olhar e sua maneira de servir os pobres, mas ela não suspeita das luzes extraordinárias que Deus lhe prepara na Capela da rua do Bac. No dia 21 de abril de 1830, Catarina chega à Paris. Sua primeira visita é à Capela.

III - UM PERCURSO DE FORMAÇÃO PERSONALIZADA, À RUA DO BAC

No dia 21 de abril de 1830, Catarina chega à Paris, coração pleno de alegria, apesar do cansaço da viagem. Que diferença com a primeira vez! Há dois anos atrás, era o constrangimento, o exílio: longe do pai que a rejeitava, longe do sonho que São Vicente havia iluminado nela. Agora, seu pai tinha feito as pazes com ela e a casa do Senhor Vicente foi aberta para ela. O sonho torna-se realidade.

“Eu te conduzirei ao deserto e eu te falarei ao coração” (Oséias 2,16).

A França tinha apenas saído da grande angústia da Revolução que deixou seqüelas. A onda de descristianização, começada no século XVIII, continua invadindo a sociedade. Na Comunidade, também não vai nada bem. As Irmãs que sobreviveram à Revolução são muito idosas, as jovens que chegam são muito jovens. E as Regras não são observadas, o espírito das meninas do campo relaxa...

São Vicente não havia dito às primeiras Irmãs: *“Deixastes a vossa terra, família e bens; e para que? Para amar Nosso Senhor e as Suas máximas. Sois suas filhas e Ele é vosso Pai; gerou-vos e deu-vos o Seu espírito;”* (Conf. p. 388). Não os tinha também proposto a imitação das moças do campo: *“Não há nada que valha as pessoas que têm verdadeiramente o espírito dos camponeses; em parte alguma se encontra mais fé, mais recurso a Deus nas suas necessidades, mais gratidão a Ele na prosperidade”* (Conf. p. 52). Em Châtillon-sur-Seine, Irmã Vitória havia dito de Catarina: *“É uma boa menina do campo, como São Vicente amava”*.

Depois do período de alvoroço revolucionário na França, pode-se imaginar apenas que a Providência preparava um novo tipo de Margarida Naseau a fim de reanimar o fervor, o espírito e o grande ardor missionário das origens no seio da Comunidade?

Para descobrir isto, sigamos Catarina passo a passo durante seu tempo de formação inicial em que ela recebeu graças extraordinárias. Porém, esta proposição de releitura dos acontecimentos de 1830 é só uma faceta da revelação deste grande mistério do amor de Deus para a Companhia, a Igreja e o mundo.

A Escritura nos diz que, quando Deus escolhe alguém para uma vocação particular, Ele se compromete a mostrar-lhe o caminho. (C.49)

Com a chama no coração, Catarina começa sua formação. Já tendo adquirido uma disciplina de vida, ela está contente de entrar neste estilo de vida onde Deus e a oração tem o primeiro lugar. Livre de suas funções cansativas de fazendeira, sente-se agora mais leve: “*Meus pés não tocavam mais a terra*” escreve. E tudo acontece como se São Vicente de Paulo tivesse trazido Catarina para este lugar, e a esperasse desde a sua chegada. Realmente, uma notícia inesperada a faz saltar de alegria: dentro de quatro dias, as relíquias do corpo de São Vicente, escondidas durante a Revolução, estão em Notre Dame. O Arcebispo decidiu devolvê-las aos Lazaristas. Neste domingo do dia 25 de abril, sua transferência até São Lázaro foi a procissão popular mais triunfal que Paris já viu. O próprio rei participa desta, bem como 1.000 Filhas da Caridade e 12 Irmãs do Seminário dentre as quais Catarina.

A Companhia dá grande importância à formação... a fim de fortificar as motivações e o dinamismo da vocação. (C.49).

Cada dia da oitava, Catarina vai a São Lázaro e visita o relicário colocado sobre o altar-mor. Ela é literalmente invadida pelo amor de São Vicente por Cristo e pelos pobres. E eis que na volta, na Capela da rua do Bac, Catarina vê na parede, à direita, sobre o pequeno relicário do Senhor Vicente, seu coração. Três dias consecutivos Catarina “vê” o coração de São Vicente, este coração transbordante de amor por Deus e pelos mais pobres. Cada vez a aparição é de uma cor diferente: branco, vermelho, vermelho-púrpura.

SÃO VICENTE, FORMADOR

Seis anos depois do sonho de Fain, Catarina encontra o Senhor Vicente. Desta vez, ela está bem acordada. O que pode significar esta visão? São Vicente não parece se apresentar a ela para guiá-la pessoalmente em sua vocação de Filha da Caridade, ele que escreveu a *Jeanne Lepeintre*: “*É verdade, minha Irmã, a direção espiritual é muito útil; é um lugar de conselho nas dificuldades, de encorajamento nos desgostos, de refúgio nas tentações, de força nos abatimentos; enfim, é uma fonte de bens e consolação, quando o diretor é bem caridoso, prudente e experimentado?*” (III, 614).

Esta visão é a do coração de São Vicente, este lugar profundo de seu ser, todo doado a Cristo e aos pobres. Através destas três intervenções, o Senhor Vicente propõe um projeto de formação muito claro: “*Minhas filhas, vós sois boas cristãs*”. Ele situa imediatamente Catarina no centro da revelação Cristã: aquela de um Deus que é “Amor” (1 Jo 4,8) que revela a plenitude de sua ternura pela humanidade em seu Filho amado, que dará sua vida pela salvação do mundo e que fará do Amor – o de Deus e do próximo – o grande mandamento confiado a seus discípulos.

As Irmãs propõem-se a segui-lo como a Escritura o revela e o descobrem os Fundadores. (C.8a)

Na visão do coração “branco” que anuncia a Paz que Deus concede, São Vicente não desperta Catarina para a necessidade de acolher Jesus, o Príncipe da Paz, para levar a paz aos pobres? Esta também não é um apelo à necessidade de escutar e responder aos clamores dos pobres para que a paz reine sobre a terra? Na hora da mensagem do Dia Mundial da Paz de 1993, o Papa João Paulo II dizia: “*Se queres a paz, vá ao encontro dos pobres*”. Não se poderia dizer que São Vicente convida Catarina a acolher o dom da Paz a fim de construir, com os pobres, uma sociedade justa e fraterna?

Um mesmo amor anima e dirige sua contemplação e seu serviço. (C.7b)

Por ocasião da segunda visão em cor “vermelho-fogo”, São Vicente não manifesta a Catarina a chama de seu amor por Cristo e sua caridade ardente e universal pelos pobres? Será que ele não quer comunicar-lhe sua dupla paixão: deixar-se queimar com o fogo divino para iluminar “até as extremidades do mundo” a chama de amor pelos pobres: “*todos os pobres*”, “*os realmente pobres*”, “*por toda parte?*” A Caridade de Deus transforma e dinamiza nossa vida. Neste ímpeto de amor, Catarina compreende que a Comunidade deve “renovar-se” desde as raízes de seu ser para acender o fogo do amor nos quatro cantos do mundo.

As Filhas da Caridade aprendem que nenhuma miséria lhes deve ser estranha. (C.11a)

Quanto ao símbolo “vermelho-púrpura”, ele tem uma conotação de angústia e sofrimento. Para Catarina, isto evoca a tristeza dos pobres que ressoa no coração de São Vicente: “*Eu tenho pena de vossa pena*”. Será que São Vicente não convida Catarina a desenvolver uma profunda compreensão e compaixão por todos aqueles que sofrem, e comungar mais intensamente com as provações da humanidade?

Pode-se facilmente imaginar os sentimentos de fé, de caridade, de ação de graças que animam Catarina nestes momentos. Porém, seu comportamento permanece cheio de discrição e reserva. Como Maria depois de ter escutado os pastores, Catarina “*medita todas estas coisas em seu coração*”. Ela sente-se portadora de uma mensagem que a depassa. Durante a confissão semanal, ela fala disto com seu confessor, o Padre Aladel que quase não dá atenção e a convida a esquecer seus sonhos para se preparar bem para servir os pobres. Catarina acolhe humildemente esta decisão, mas ela não pode esquecer do coração do Senhor Vicente: ela escreverá este relato 26 anos depois. Longe de fugir da realidade do dia-a-dia, Catarina aumenta sua fé e seu amor no decorrer de seus dias. Ela acolhe as instruções da diretora do Seminário que cada dia explica um aspecto da vocação das servas dos pobres. Ela compreende ainda melhor que o exercício da caridade exige uma profunda vida espiritual: “*Uma coisa importante à qual vós deveis vos aplicar cuidadosamente, é ter uma grande comunicação com Nosso Senhor*” (Coste XI, 342-348). “*Tentemos interiorizar, fazendo com que Jesus Cristo reine em nós*” (Coste XII, 131). A “*vida interior é necessária, é necessário chegar a isto, se ela nos falta, falta-nos tudo*”. (Coste XII, 131)

SÃO VICENTE E A EUCARISTIA

A regra das Filhas da Caridade é Cristo (C.8a). A Eucaristia é o centro da sua vida e da sua missão (C.19b)

A diretora do Seminário já havia explicado o quanto a Eucaristia era o “*centro da devoção*” das Filhas da Caridade? Nós não o sabemos, mas conhecemos a intensidade da vida de união com Deus de Catarina desde sua infância. “*Quando vou à capela, diz ela, coloco-me lá, diante do Bom Deus, e Lhe digo: “Senhor, eis-me aqui, dá-me o que quiserdes”. Se Ele me dá alguma coisa, fico bem contente e Lhe agradeço. Se nada me dá, agradeço-Lhe ainda porque não mereço outra coisa. Depois, Lhe digo, então, tudo o que me vem ao espírito. Conto-lhe minhas penas e alegrias, e escuto*”. Sua oração não revela uma grande qualidade de presença, de fé, de humildade, de escuta respeitosa, de pureza de intenção em buscar a vontade do Pai, de confiança filial, de gratidão?

Para São Vicente, a Eucaristia era o lugar privilegiado da manifestação do amor infinito de Deus, daí suas insistências em se doar a *“este apaixonado de nossos corações”*. *“Aproximai-vos da Eucaristia. É lá que é preciso ir estudar o amor”* diz ele (IX, 297), acrescentando que: *“O amor de Deus é inventivo até o infinito”* (XI, 146). Sim, Deus não deixa de ser criativo, Ele não faz todas as pessoas caminharem no mesmo ritmo. Ora, conhece-se o desejo intenso de Catarina de viver em Cristo, de *“revestir-se de Cristo”*. E Deus responde a este “desejo” tão puro, este desejo que traduz a vontade e a esperança de ver Deus, assim está expresso no salmo 62: *“Minha alma te deseja dia e noite”*.

Durante os meses seguintes, é Nosso Senhor que Catarina vê, como em transparência, na Eucaristia: *“Eu vi... Nosso Senhor no Santíssimo Sacramento... todo o tempo do meu Seminário, exceto todas as vezes que eu duvidei (quer dizer resisti)”* conta Catarina. Para ela, a fé é uma relação de amor com seu Deus e, na Missa, ela se deixa encontrar, no mais íntimo de seu coração, pelo próprio Jesus. Quando ela reza com confiança, a Hóstia lhe revela Aquele que ela esconde ordinariamente e Catarina alcança a Realidade misteriosamente. O período do Seminário será para Catarina um grande “tempo eucarístico”: Só Deus, só Cristo reina sobre sua vida. Como imaginar seu imenso reconhecimento *que sempre lhe “atrai novas graças de Deus para alcançar um degrau mais alto de amor e perfeição?”*

Porém, no dia 6 de junho de 1830, dia da festa da Trindade, Catarina esclarece que a visão torna-se de cor preta, como o coração do Senhor Vicente, dois meses antes. O Senhor lhe aparece *“no Santíssimo Sacramento como um Rei, crucificado, despojado de todos os seus ornamentos”*. Como na cena do último julgamento, seguindo as confidências do “Rei” Soberano, juiz da humanidade, Catarina identifica Jesus crucificado e ressuscitado com todos aqueles que sofrem, com todas as vítimas da miséria, da exploração e da opressão, em algum lugar do mundo. Catarina descobre uma visão de fé essencial. Interpelada pela divina compaixão de Jesus, nosso Irmão em humanidade, que ela está no centro do Mistério da presença de Cristo em nossa história. Bartolomeu de Las Casas, também, não via pela fé *“Jesus Cristo... chicoteado, torturado, insultado e crucificado... milhares de vezes?”*

Eis uma nova experiência de presença e de revelação que não se compara com a precedente. Mas trata-se ainda de uma intervenção sobrenatural, do Divino. Toda sua vida, Catarina permanecerá uma mulher “eucarística”. Quantas vezes ela irá encontrar Aquele que está presente “ao pé do altar”, no Santíssimo Sacramento? Catarina tenta confiar seus “pensamentos” ao Senhor Aladel. Sem sucesso. Mas o Céu continua lhe fazendo sinal, irresistivelmente.

SÃO VICENTE E A VIRGEM MARIA

Os Fundadores infundiram nas Filhas da Caridade o amor à Virgem e sua imitação. (C.15b).

Por ocasião da festa de São Vicente (celebrada nesta época no dia 19 de Julho), Irmã Marta fala com entusiasmo da devoção de São Vicente à Virgem Maria. São Vicente não separa a Santíssima Virgem do conjunto de sua espiritualidade. Sua devoção marial é também cristocêntrica e cristológica, em relação à missão evangelizadora junto aos pobres. *“A Companhia das Filhas da Caridade foi estabelecida para amar a Deus, servir e honrar Nosso Senhor, seu patrono, e a Santíssima Virgem”* (Coste IX, 20). São Vicente está persuadido da presença da Virgem a seu lado. Ele nos propõe por modelo em todos os domínios de nossa vida espiritual e apostólica: *“Minhas filhas, não é uma pequena coisa fazer a visita... deve-se*

fazer essa visita só com os olhos em Deus, e como a fez a Santíssima Virgem ao ir visitar sua prima Santa Isabel, isto é, com toda mansidão, amor e caridade” (Conf. p. 174).

Catarina escuta atentamente as palavras da diretora. Esta dá um presente às Irmãs do Seminário: um pedacinho da sobrepeliz que São Vicente usou. Eis Catarina tomada por um novo ímpeto de ver a Santíssima Virgem. Ela ousa pedir isto a São Vicente. Ela dorme com este desejo: *“Eu o engoli e dormi pensando que São Vicente me obteria a graça de ver a Santíssima Virgem... Há muito tempo que eu desejava vê-la”*. Esta última frase traduz a impaciência secreta de Catarina em esperar. Pode-se constatar o quanto o Céu está presente em seus pensamentos e palavras. E, nesta noite de **18 de julho de 1830**, no terceiro mês de seu Seminário, Deus vem novamente visitar Catarina. Desta vez, não é mais uma simples visão. A Virgem Maria vem encontrá-la e passar um momento com ela.

Quem procura seguir a Cristo, encontra aquela que o recebeu do Pai: Maria. (C.15).

“Nestes dias, Maria partiu depressa para...” (Lc 1,39). No decurso desta primeira aparição, surge uma grande serenidade, uma calma tranqüilizadora como no Evangelho da Visitação. Maria que tinha entrado na casa de Zacarias chega agora na Capela com a mesma calma e felicidade a fim de trazer sua ajuda materna à Catarina em seu percurso vocacional. Depois de ter passado um momento de dúvida, Catarina admira a beleza daquela que ela chamava *“minha Boa Mãe”* desde sua infância. Nós podemos imaginar sem pena esta atitude encantadora, respeitosa, afetuosa de Maria que causa em Catarina um tal gesto de confiança: *“Eu só dei um salto para junto dela”*. As palavras são simples mas elas sublinham um movimento de grande liberdade interior e de ação de graças diante da visita de Maria. Catarina não terá dito do fundo de seu coração, como Isabel: *“Tu és bendita entre todas as mulheres... que felicidade de que a mãe de meu Senhor venha me visitar?”* Na alegria desta autêntica relação, não terão elas cantado também, juntas, o Magnificat?

Como o fez desde sua infância, Catarina confia a Maria sua vida, suas alegrias e suas dificuldades. O que deve ter respondido Maria? Emocionada, sem dúvida, pelo desejo de educá-la, Maria evoca com delicadeza e precisão, os abismos do profundo amor de Deus por Catarina, pela Comunidade e a humanidade. Maria convida-a a buscar a vontade de Deus como ela mesma fez no dia da Anunciação. Ela também lhe indica uma missão particular que Deus quer confiar-lhe. *“Como se fará isto?”* (Lc 1, 34). Catarina não o sabe ainda, mas ela acolhe esta missão com a certeza de que tudo o que é do agrado de Deus conduz ao bem.

Maria prossegue suas confidências a Catarina anunciando-lhe, com muita clareza, grandes males para a França e para o mundo. Fala até mesmo de perseguições religiosas sangrentas. Maria convida Catarina a rezar, novamente, do mais profundo de si mesma, pela humanidade inteira marcada pela violência e o sofrimento assim como também, nos convida a Constituição 24f: *“Sentem-se responsáveis de rezar com os pobres, por eles e em seu nome”*.

Então, Maria aponta o altar onde Deus derrama as graças em abundância. Experimentando seu amor infinito, nada mais pode ser como antes. Tudo fica novo, belo, jovem, flexível. É desta novidade da qual fala Maria convidando a Comunidade a se renovar e se comprometer em recuperar o fervor e a vitalidade de suas origens.

Finalmente, a visão começa a comunicar a Catarina os projetos que se esclarecerão mais tarde: a nova Associação dos filhos de Maria que seu confessor deverá fundar.

Os Fundadores as convidam a contemplar em Maria, a Serva, humilde e fiel, dos desígnios do Pai (C.15b).

Esta aparição de 18 de julho é uma extraordinária escola de fé para Catarina. Maria a ajuda a acolher sua vocação de serva dos pobres como um dom de Deus e realizá-la com sua graça. Esta conversa com Maria será, também, para Catarina um modelo na maneira de entrar em relação com suas companheiras de comunidade. Toda a sua vida, Catarina terá esta preocupação de construir a fraternidade evangélica com todos, aliando uma incansável paciência a uma autoridade firme. Finalmente, Maria conduz Catarina a abandonar-se sem reserva à vontade do Pai. Quando chegarem as horas mais difíceis, ela a ajudará a recuperar seu vigor orientando seu olhar para “o altar” e o Cristo na Cruz. Catarina mostrará uma constante entrega de si mesma entre as mãos de Deus, a ponto de permanecer serena e confiante em circunstâncias pouco favoráveis que não demorarão a chegar. A Virgem a deixou ouvir: “*Sereis atormentada até que fale aquele que é o encarregado de vos dirigir*”. Catarina transmite a mensagem. Seu confessor encolhe os ombros. O trono do rei Charles X é forte. Ele conquistou há pouco a Argélia. Esta camponesa, forte no trabalho, está enganada em sonhar assim.

- *Imaginação!* Diz ele. *Desvie-se disso.*

E ele fecha a grade do confessionário. Porém, oito dias depois, a 27 de julho, uma nova guerra civil explode. O rei da França, Charles X, é derrubado, as Igrejas são profanadas, as cruzes revertidas, as comunidades religiosas invadidas e devastadas; o Arcebispo ameaçado. Catarina não triunfa e permanece discreta. Ela não fala mais de nada. O confessor sente-se aliviado. Ela parou com suas visões.

Mas, quatro meses mais tarde, a **27 de novembro**, na véspera do Advento, durante a meditação de cinco e meia, Catarina, novamente, é tomada de um “*grande desejo de ver a Santíssima Virgem*”, um desejo que vem do alto. Nossa Senhora aparece à direita, de pé. É como “um quadro” diz Catarina: um ícone, no modelo do Apocalipse: “*Uma mulher vestida de sol, a lua debaixo dos pés*”.

Os Fundadores as convidam a contemplar... (C.15b)

Maria, Esperança dos pequenos

Catarina tem os olhos deslumbrados pela beleza inexprimível de Maria, reflexo da Beleza de Deus. Radiante da luz de Cristo, Maria segura em suas mãos um pequeno globo dourado sobreposto por uma cruz. Mãe de todos os homens, Maria abre o coração de Catarina às dimensões do mundo e a faz comungar à universalidade de seu coração.

Maria, Mãe de misericórdia... conduzindo a seu Filho aqueles que se confiam a ela...

Depois, suas mãos irradiam em feixes a luz de Cristo. Maria apresenta-se como a mensageira de Deus Pai, Aquele que “*dá coisas boas a seus filhos*” (cf. Lc 11,13). O amor não é, em nossas vidas, o rosto da Luz de Deus? Quando recebe-se a bondade radiante de Deus, é alegria. Sua presença dá vida. Com Ele, estamos no amor. Sem Ele, é a tristeza, os raios não brilham mais. Maria está lá para lembrá-la diariamente.

Maria, a Imaculada... intimamente unida a seu Filho...

Durante esta maravilhosa visão, Catarina lê a invocação: “*Ó Maria, concebida sem pecado, rogai por nós que recorremos a vós*”. É a percepção de Maria como a Imaculada Conceição. O reverso da Medalha situa Maria totalmente orientada para Cristo Redentor.

É interessante notar que Nossa Senhora atribui a si os símbolos expressos pelos Fundadores como “*A luz de Pentecostes*” ou o de “*virar a medalha*”. Em sua simplicidade, a Medalha da Imaculada representa toda uma contribuição dogmática a viver: mistério da

Redenção, lugar e função de Maria na Igreja, dogma da Imaculada Conceição, etc. Este “catecismo condensado” se dirige particularmente aos pequenos, aos humildes, aos pobres e os lança na esperança.

Catarina transmite ao seu confessor o pedido para fazer cunhar uma medalha com a imagem da Imaculada que ela viu brilhante dos dons de Deus.

- *Ilusão*, responde ele. *Se você quiser honrar Nossa Senhora, imite suas virtudes e guarde-se da imaginação.*

Catarina se retira, aparentemente calma (ele a observou pelas grades do confessionário). Ele fica aliviado. Ele também. Ela deu o seu recado. Agora, ela vai obedecer ao confessor. Ela sabe tudo encaminhar a Deus, seu movimento interior depende totalmente da vontade de Deus.

Mas eis que em dezembro, a mesma aparição se renova. É a terceira e última aparição de Nossa Senhora. É um adeus:

- *Não me vereis mais, mas escutareis minha voz durante suas orações.*

A Companhia é missionária por natureza (C. 25).

As aparições de 27 de novembro e a de dezembro não sugerem a Catarina uma perspectiva de abertura na Igreja, um apelo para a evangelização dos povos! (cf. C. 25b) Não a convida a tornar-se serva, irradiando a bondade de Deus, esforçando-se com ardor para promover uma humanidade justa e fraterna? (cf. C. 24)

Concluindo, pode-se dizer que através destas três aparições, Maria reconfortou Catarina com valores fundamentais que unificam sua vida de Filha da Caridade: plenitude da vida batismal, vida fraterna em vista da missão, promoção plena do pobre, espírito evangélico de uma serva dos pobres?

O QUE SERÁ ESTA JOVEM IRMÃ TÃO BEM FORMADA PELO “CÉU?”

No dia 30 de janeiro de 1831, o tempo do seminário termina. O que será desta Irmã modelada em segredo pelo “Céu?” Uma simples Filha da Caridade entre outras, tão discreta que se poderá ler em suas notas escritas no término do seminário: *“Forte, tamanho médio, sabe ler e escrever para ela, o caráter pareceu bom, o espírito e o julgamento não são proeminentes, meios suficientes, piedosa, trabalha na perfeição”*.

Exceto seu sonho de infância, as aparições são limitadas aos nove primeiros meses de seu seminário. Ela viverá o resto de sua vida na noite da fé, o coração habitado pelo amor de Nosso Senhor, de sua Mãe e de São Vicente.

Em Fain, quando, em sua espontaneidade de criança, Catarina escolhe Maria por Mãe, este gesto de fé é como um acontecimento original em sua relação com o “Céu”. E, para o dia de sua primeira Comunhão com Nosso Senhor, fixado para o dia 25 de janeiro de 1818, podemos reler esta coincidência das datas à luz do sonho onde São Vicente virá ao seu encontro para abri-la ao apelo de Deus nos pobres.

A véspera de sua morte, Irmã Dufès pergunta à Catarina: *“Não tendes medo de morrer?”*. Ela parece admirar-se: *“Por que temer em ir ver Nosso Senhor, sua Mãe e São Vicente?”* Sim, eis os três amores que animou a vida inteira de Catarina, eles são apenas um.

Em Reuilly, Catarina faz o que fazem milhares de outras Filhas da Caridade no mundo inteiro, mas ela faz isto com uma força de alma extraordinária, uma humildade fora do comum, uma maneira de ver Deus em tudo, de assumir tudo n’Ele, de fazer tudo por Ele. Não são as aparições que fazem a santidade de Catarina, mas toda sua vida transpassada e animada por este único Amor. (Continua)

Notícias breves

Província da Áustria

Prêmio dos direitos humanos

No dia 6 de fevereiro de 2006, na Styrie, um dos Departamentos da Áustria, o governador Franz Voves atribuiu o Prêmio dos Direitos Humanos à Irmã Elisabeth Schwarzl, Filha da Caridade, missionária em Madagáscar desde 1979 e, ao mesmo tempo, à duas outras pessoas, uma dedicada ao apoio dos escritores perseguidos, outra engajada junto aos sem domicílio fixo em Graz.

Por que Irmã Elisabeth?

Um jornal local e o semanário da diocese de Graz dão a resposta: *"Há 14 anos, ela trabalha em um leprosário em Faranfangana. Depois de alguns anos, ela dedica-se à luta contra a tuberculose em Ranotsara-Norte. Ela procura combater também as raízes da pobreza em Madagascar e começou um projeto escolar"*.

O governador interessou-se muito com o trabalho de Irmã Elisabeth e conferiu-lhe o prêmio de 2.500€. Obrigada Irmã Elizabeth por seu testemunho vicentino!